

# ATA DE PROPOSTAS

Município de Farroupilha  
Município de Farroupilha  
Pregão Eletrônico - 16/2026

## Declarações obrigatórias

Título	Descrição
Declaração de conhecimento do Edital	Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumprio plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.
Declaração de reserva de cargos	Declaro cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
Declaração de proposta econômica	Sob pena de desclassificação, declaro que minhas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
Declaração de Não-Emprego de menores	Declaro para fins do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos.
Declaração de Não-Emprego de trabalho degradante	Declaro não possuir em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal.
Declaração de Acessibilidade	Declaro que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, estou ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.
Declaração de Inexistência de Fato Superveniente	Declaro sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

\* As declarações supracitadas foram aceitas por todos os participantes.

## Propostas Enviadas

0001 - VEICULO 0 KM; ANO DE FABRICACAO: 2026; COR BRANCO; CAPACIDADE TOTAL: TRANSPORTE MINIMO DE 17 PESSOAS, INCLUINDO VAGA DE ACESSIBILIDADE PARA 01 CADEIRANTE; MOTOR: DIESEL, POTENCIA MINIMA DE 130 CV TURBO ALIMENTADO, CONFORME PROCONVE P7; DISTANCIA ENTRE EIXOS: MINIMO DE 3665 MM;CAMBIO: MANUAL OU AUTOMATICO; TRACAO: 4X2 (TRASEIRA OU DIANTEIRA); DIRECAO: HIDRAULICA, ELETRICA OU ELETRO/HIDRAULICA; FREIOS: ABS, DISCO EM TODAS AS RODAS, COM CONTROLE DE TRACAO E ESTABILIDADE; SUSPENSÃO: DIANTEIRA INDEPENDENTE; DISPOSITIVO DE ACESSIBILIDADE: ELEVADOR HIDRAULICO: CAPACIDADE MINIMA DE 150 KG, ATENDENDO AS NORMAS DE ACESSIBILIDADE VIGENTES; KIT MULTIMÍDIA: EQUIPADO COM TV E SISTEMA MULTIMÍDIA INTEGRADO; SISTEMA DE AR CONDICIONADO FRIO E QUENTE: INTEGRADO DE FABRICA, INCLUINDO COMPONENTES TRASEIROS; POLTRONAS: RECLINAVEIS, COM APOIOS DE CABECA, CINTO ABDOMINAL RETRATIL, EM TECIDO DE COURO E DESCANSOS-BRACOS LATERAIS ARTICULADOS; VIDROS E TRAVAS: VIDROS ELETRICOS DIANTEIROS E TRAVAS ELETRICAS EM TODAS AS PORTAS; PORTA LATERAL DO VEICULO COM ABERTURA/FECHAMENTO AUTOMATICA; RETROVISORES: ELETRICOS; AIRBAG FRONTAL DUPLO (MOTORISTA E PASSAGEIRO); ALARME ANTIFURTO; ALERTA DE USO DE CINTO DE SEGURANCA PARA MOTORISTAS E PASSAGEIROS; FAROIS DE NEBLINA; TACOGRAFO, COMPUTADOR DE BORDO, SENSOR DE ESTACIONAMENTO, CAMERA DE RE, ESTRIBOS LATERAIS, PROTETOR DE MOTOR (CARTER), TAPETES DE BORRACHA E RODAS DE ACO (MINIMO ARO 16”) COM PNEUS NOVOS COMPATIVELIS, ALEM DE ESTEPE, MACACO, CHAVE DE RODAS E TODOS OS ITENS EXIGIDOS PELO CONTRAN; PELICULAS EM TODOS OS VIDROS CONFORME NORMAS EXIGIDAS PELO CONTRAN; O VEICULO DEVERA SER ENTREGUE EMPLACADO E LICENCIADO EM NOME DO MUNICIPIO, COM TODOS OS CUSTOS INCLUIDOS; GARANTIA MINIMA DE 12 MESES, SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM, COM ASSISTENCIA TECNICA ATE 150 KM DE DISTANCIA DO MUNICIPIO DE FARROUPILHA;O VEICULO DEVERA ATENDER A RESOLUCAO CONTRAN N 939/2022 E SER HOMOLOGADO PELO DETRAN, COM TODOS OS EQUIPAMENTOS OBRIGATORIOS E DE SEGURANCA EXIGIDOS POR LEI.

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC
B&F NEGOCIOS E EMPREENDIMIENTOS LTDA	26.166.156/0001-30	16/03/2026 - 17:53:09	RENAULT MASTER L3H2 + ACESS	RENAULT	1,00	R\$470.000,00	R\$ 470.000,00	Não



LIZARD SERVICOS LTDA	30.536.715/0001-24	13/03/2026 - 09:40:19	SPRINTER FURGÃO 417 14M3 MINIBUS 17L	MERCEDES-BENZ	1,00	R\$420.000,00	R\$ 420.000,00	Não
BRUNISA COMERCIO E SERVICOS PARA TRANSITO E TRANSPORTE LTDA.	20.901.717/0001-11	16/03/2026 - 13:08:09	MASTER	RENAULT	1,00	R\$420.000,00	R\$ 420.000,00	Sim
MATTANA VEÍCULOS LTDA.	32.225.388/0001-15	16/03/2026 - 13:21:53	DAYLI MINIBUS 50.180	IVECO	1,00	R\$420.000,00	R\$ 420.000,00	Não
CAR LOCA COMERCIO E LOCACAO DE VEICULOS LTDA	53.023.822/0001-54	16/03/2026 - 16:13:05	TRANSIT 17+1 COM DPM	FORD	1,00	R\$420.000,00	R\$ 420.000,00	Sim
SANTA CATARINA UTILITARIOS LTDA	44.329.924/0001-01	16/03/2026 - 16:42:07	L4H3	TRANSIT/FORD	1,00	R\$420.000,00	R\$ 420.000,00	Não
REAVEL VEICULOS EIRELI	30.260.538/0001-04	16/03/2026 - 16:44:45	RENAULT	MASTER L3H2 COM ACESSIBILIDADE -	1,00	R\$420.000,00	R\$ 420.000,00	Não
P EQUIPAMENTOS E SERVIÇO LTDA	30.105.413/0001-00	16/03/2026 - 17:07:02	TRANSIT	FORD	1,00	R\$420.000,00	R\$ 420.000,00	Sim
DUNA PSA - COMERCIO DE VEICULOS E PECAS LTDA	55.941.529/0002-82	16/03/2026 - 18:00:21	BOXER MINIBUS COMFORT + PLATAFORMA	PEUGEOT/STELLANTIS	1,00	R\$410.000,00	R\$ 410.000,00	Não
ROMA CONSULTORIA PRIME LTDA	52.359.927/0001-16	16/03/2026 - 21:01:59	TRANSIT L4H3 VIDRADA AUTOM.	FORD	1,00	R\$420.000,00	R\$ 420.000,00	Não

## Critérios de desempate do processo

### B&F NEGOCIOS E EMPREENDIMENTOS LTDA

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Sim
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Não
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

### BRUNISA COMERCIO E SERVICOS PARA TRANSITO E TRANSPORTE LTDA.

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Sim
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Não
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Não
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

### CAR LOCA COMERCIO E LOCACAO DE VEICULOS LTDA

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Sim
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Não
Empresa brasileira.	Não
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Não
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim



## Cordial Distribuidora de Automóveis Ltda.

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Não
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Não
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

## DUNA PSA - COMERCIO DE VEICULOS E PECAS LTDA

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Sim
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Sim
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

## GLOBAL MAIS VEICULOS LTDA

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Sim
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Não
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

## LIZARD SERVICOS LTDA

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Não
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Não
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Não
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Não
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

## MATTANA VEÍCULOS LTDA.

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Sim
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Sim
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Não
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

## P EQUIPAMENTOS E SERVIÇO LTDA



Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Não
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Não
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Não
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Não

## REAVEL VEICULOS EIRELI

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Não
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Não
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

## ROMA CONSULTORIA PRIME LTDA

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Não
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Não
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

## SANTA CATARINA UTILITARIOS LTDA

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Sim
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Sim
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Não
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

## Validade das Propostas

Fornecedor	CPF/CNPJ	Validade (conforme edital)
MATTANA VEÍCULOS LTDA.	32.225.388/0001-15	60 dias
REAVEL VEICULOS EIRELI	30.260.538/0001-04	60 dias
P EQUIPAMENTOS E SERVIÇO LTDA	30.105.413/0001-00	60 dias
BRUNISA COMERCIO E SERVICOS PARA TRANSITO E TRANSPORTE LTDA.	20.901.717/0001-11	60 dias
B&F NEGOCIOS E EMPREENDIMIENTOS LTDA	26.166.156/0001-30	60 dias
CAR LOCA COMERCIO E LOCACAO DE VEICULOS LTDA	53.023.822/0001-54	60 dias
LIZARD SERVICOS LTDA	30.536.715/0001-24	60 dias
ROMA CONSULTORIA PRIME LTDA	52.359.927/0001-16	60 dias
DUNA PSA - COMERCIO DE VEICULOS E PECAS LTDA	55.941.529/0002-82	60 dias
SANTA CATARINA UTILITARIOS LTDA	44.329.924/0001-01	090 dias



Fornecedores divulgados.

---

Silvio Sanfelice  
Pregoeiro

---

Cristiano Soares  
Apoio

---

Jaqueline Cavalheiro Maioli  
Apoio

---

João Carlos Magero Júnior  
Apoio





**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCENA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

## **EDITAL - Licitação**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 260324PE00004**

**LICITAÇÃO Nº. 00004/2026**

**MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS**

**CRITÉRIO: MENOR PREÇO POR ITEM**

**LEGISLAÇÃO: LEI 14.133/2021**

Órgão Realizador do Certame:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUCENA

RUA AMÉRICO FALCÃO, 736 - CENTRO - LUCENA - PB.

CEP: 58315-000 - E-mail: cpllucena@gmail.com - Tel.: (..) ...

O Órgão Realizador do Certame acima qualificado, inscrito no CNPJ 11.516.231/0001-79, doravante **denominado simplesmente ORC** e que neste ato é também o Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do presente registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar através do Pregoeiro, assessorado por sua Equipe de Apoio, sediado no endereço acima, às 09:00 horas do dia 10 de Abril de 2026, por meio do site abaixo indicado, licitação na modalidade Pregão nº 00004/2026, na forma eletrônica, com critério de julgamento menor preço por item, e o fornecimento realizado na forma integral; tudo de acordo com este instrumento e em observância a Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, almejando obter a melhor proposta visando o Registro de Preços para: AQUISIÇÃO DE VAN, COM ACESSIBILIDADE, PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIRO.

**Data de abertura da sessão pública: 10/04/2026. Horário: 09:00 - horário de Brasília.**

**Data para início da fase de lances: 10/04/2026. Horário: 09:01 - horário de Brasília.**

**Local: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)**

### **1.0.DO OBJETO**

1.1.Constitui objeto da presente licitação: AQUISIÇÃO DE VAN, COM ACESSIBILIDADE, PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIRO.

1.2.As especificações do objeto ora licitado - quantitativo e condições -, encontram-se devidamente detalhadas no correspondente Termo de Referência - Anexo I deste instrumento, onde consta, inclusive, a estimativa consolidada de quantidades máximas a serem eventualmente contratadas pelo ORC.

1.3.O certame visa selecionar a proposta mais vantajosa objetivando formar Sistema de Registro de Preços para contratações futuras, conforme a norma vigente.

1.4.O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, nos termos do Anexo IV e nas condições previstas neste instrumento.

1.5.O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

1.6.A licitação será realizada em um único item.

1.7.O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste instrumento e seus anexos quanto às especificações do objeto.

1.8.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento convocatório, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de compra para suprir demanda específica – AQUISIÇÃO DE VAN, COM ACESSIBILIDADE, PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIRO – considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

1.9.Na referida contratação será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, nos limites previstos da Lei 123/06, consideradas as hipóteses e condições determinadas no Art. 4º, da Lei 14.133/21. Todavia, serão afastados os benefícios estabelecidos nos Arts. 47 e 48, por estarem presentes, de forma isolada ou simultânea, as situações previstas nos Incisos II e III, do Art. 49, todos da Lei 123/06.

1.10.Todas as referências de tempo neste Edital, no respectivo aviso e durante a sessão pública obedecerão ao horário de Brasília - DF.

### **2.0.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

2.1. Informações ou esclarecimentos sobre esta licitação, serão prestados nos horários normais de expediente: das 08:00 as 13:00 horas.

2.2. Qualquer pessoa - cidadão ou licitante - é parte legítima para impugnar o Edital deste certame por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o respectivo pedido, dirigido ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, exclusivamente, da seguinte forma:

2.2.1. No endereço: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

2.3. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos ou impugnação no prazo de até três dias úteis, contado da data de seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração deste Edital e dos seus anexos.

2.4. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

2.5. Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados na norma vigente.

2.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do ORC e no sistema, dentro do prazo estabelecido no item 2.3, e vincularão os participantes e a Administração.

### **3.0.DOS ELEMENTOS PARA LICITAÇÃO**

3.1. Aos participantes serão fornecidos os seguintes elementos que integram este Edital para todos os fins e efeitos:

3.1.1. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES;

3.1.2. ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO – de não empregar menor;

3.1.3. ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO – que a proposta compreende a integralidade dos custos;

3.1.4. ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO;

3.1.5. ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO;

3.1.6. ANEXO VI - MODELOS DE DECLARAÇÕES - cumprimento de requisitos normativos;

3.1.7. ANEXO VII - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP.

3.2. A obtenção do Edital será feita da seguinte forma:

3.2.1. Pelos endereços eletrônicos:

3.2.1.1. [www.lucena.pb.gov.br](http://www.lucena.pb.gov.br);

3.2.1.2. [www.tce.pb.gov.br](http://www.tce.pb.gov.br);

3.2.1.3. [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br); e

3.2.1.4. [www.gov.br/pncp](http://www.gov.br/pncp).

3.3. Salienta-se que é parte integrante do presente instrumento convocatório, na forma de anexo, o correspondente Estudo Técnico Preliminar - ETP, documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução; em atendimento ao requisito de publicidade determinado na norma vigente, que exige a publicação conjunta desses estudos com o respectivo Edital para garantir plena transparência e competitividade.

### **4.0.DO SUPORTE LEGAL**

4.1. Esta licitação reger-se-á pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; que ficam fazendo partes integrantes deste Edital, independente de transcrição.

### **5.0.DO PRAZO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

5.1. O prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do ORC, e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado a partir da emissão do Pedido de Compra:

Entrega: 30 (trinta) dias.

5.2. O fornecimento será executado de acordo com as especificações definidas no correspondente Termo de Referência - Anexo I. Na hipótese do referido termo não estabelecer o local para a entrega, observada a demanda e oportunidade, essa será feita na sede do Contratante ou em uma das unidades administrativas, por ele indicada, que compõe a sua estrutura operacional.

5.3. O prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: até o final do exercício financeiro de 2026, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

5.4. As despesas decorrentes do objeto deste certame, correrão por conta da seguinte dotação:

02.060 SECRETARIA DE SAÚDE

10 122 1021 1067 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE

4490.52 99 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

02.061 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 302 1021 1069 INV – SERVIÇO DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA MAC

10 301 1021 1070 INV – PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE

4490.52 99 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

5.5. Quando a validade da Ata de Registro de Preços ultrapassar o exercício financeiro atual, as despesas decorrentes de eventuais contratações futuras, correrão por conta das respectivas dotações previstas no orçamento do exercício financeiro posterior.

5.6. A dotação relativa a exercícios financeiros subsequentes, quando for o caso, será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação do crédito correspondente, podendo ser realizada mediante apostilamento.

### **6.0.DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

6.1. A licitação será realizada à distância e em sessão pública, por meio do sistema disponível no endereço eletrônico: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

6.2. Deverão ser observadas as normas e procedimentos estabelecidos pelo provedor do sistema, disponíveis no referido sítio eletrônico para acesso ao sistema e operacionalização.

6.3. Caberá ao licitante interessado em participar deste certame, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão; e comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



6.4.A participação neste certame é aberta a quaisquer interessados, inclusive as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da legislação vigente.

6.5.Não poderão participar os interessados:

6.5.1.Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

6.5.2.Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

6.5.3.Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

6.5.4.Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

6.5.5.Cujo estatuto ou contrato social não incluir o objeto desta licitação; e

6.5.6.Que se enquadrem nas vedações previstas no Art. 14, da Lei 14.133/21.

**6.6.O presente Edital não possibilitará a participação das pessoas físicas:** Consideradas as características e propriedades do objeto desta contratação, entende-se pela impossibilidade de participação da pessoa física, quer pelos próprios atributos do objeto, quer pelos requisitos exigidos para habilitação dos interessados no certame; haja vista que para a sua devida execução, poderão ser demandados recursos financeiros ou uma estrutura de equipamentos e instalações, ou até a pluralidade de profissionais, incompatíveis para uma pessoa física. Nesses termos, conclui-se que a capacidade de uma pessoa física de garantir a execução da contratação, observadas ainda a dinâmica do mercado e a legislação pertinente, é bem menor que a de uma empresa, representando um potencial prejuízo para a Administração.

**6.7.É vedada a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio:** As regulares dimensão e complexidade do objeto desta contratação bem como as circunstâncias concretas do mercado correspondente, não requerem a associação entre proponentes, haja vista a existência de inúmeras empresas aptas a preencherem as condições específicas exigidas no presente certame. Nesse contexto, entende-se que a formação de consórcios acarretaria risco da dominação de mercado, através de pactos para eliminar a competição, reduzindo o universo da disputa, podendo retratar na composição entre eventuais interessados, que em vez de estabelecerem disputa entre si, formalizariam acordo, na figura do consócio, para suprimir a concorrência no processo, prejudicando, em última análise, a obtenção de proposta mais vantajosa.

**6.8.Não será permitida a participação de sociedades cooperativas:** Pela natureza do objeto desta contratação e, ainda, observado o modo como é usualmente executado no mercado em geral, entende-se presentes, de forma isolada ou simultânea, aspectos que desnaturam a atuação típica de uma cooperativa, seja pela própria natureza do objeto, seja a necessidade de subordinação jurídica entre o particular contratado e o obreiro, bem como de pessoalidade e habitualidade. Portanto, a participação de cooperativas potencializa a ocorrência de violação a princípios da licitação, como os da legalidade, economicidade e eficiência, expondo a Administração a vários riscos, dentre os quais o de enfrentar situações ambíguas e questionamentos legais, uma vez que as cooperativas possuem normas próprias das empresas tradicionais, afetando a segurança jurídica do certame; de ter que arcar com eventuais obrigações trabalhistas subsidiariamente; e a dificuldade de responsabilização e controle devido à natureza peculiar das cooperativas.

**6.9.CONDIÇÕES ESPECÍFICAS:** O licitante deverá atender aos requisitos abaixo e os respectivos comprovantes, obrigatoriamente, integrarão a documentação para fins de habilitação:

6.9.1.Comprovação de qualificação técnico-operacional, através de certidão ou atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado **em favor do Licitante**, que demonstre a sua capacidade de desempenho anterior satisfatório, de atividade igual ou assemelhada ao objeto da licitação. Serão admitidas as certidões ou os atestados referentes à execução de fornecimentos similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto do presente certame.

6.9.1.1.O licitante poderá apresentar mais de uma certidão ou atestado para comprovação da sua capacidade técnico-operacional.

6.9.2.Demonstrativo da aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes da futura contratação, extraído do seu balanço patrimonial do último exercício social, feito através da apresentação de DECLARAÇÃO assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento dos seguintes índices:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}} > 1,00 \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}} > 1,00 \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} > 1,00 \end{aligned}$$

Onde:

LG - Liquidez Geral;

SG - Solvência Geral;

LC - Liquidez Corrente.

6.9.2.1.Caso o licitante apresente resultado que não atenda ao respectivo valor requerido em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo equivalente a 10 % (dez por cento) do valor estimado da contratação;

6.9.2.2.Salienta-se que os índices e valores aqui previstos são os usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes de licitações com o tipo de objeto semelhante ao deste certame;

6.9.2.3.A pessoa jurídica criada no exercício financeiro deste certame deverá apresentar o balanço de abertura, em substituição ao referido demonstrativo de aptidão econômica, hipótese em que não se aplica a exigência da comprovação do atendimento aos índices econômicos acima;

6.9.2.4.O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis, referidos neste instrumento, serão exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.



**6.10.GARANTIA DE PROPOSTA:** O licitante deverá atender ao requisito abaixo e o respectivo comprovante encaminhado por meio do sistema eletrônico, quando solicitado pelo Pregoeiro, como requisito de pré-habilitação:

6.10.1.Comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, no valor equivalente a R\$ 3.857,23. Essa comprovação terá como referência o momento de apresentação da proposta, portanto, o prazo máximo para a "prestação" da referida garantia é **até a data e o horário previstos para abertura da sessão pública desta licitação**. Encerrada a etapa de envio de lances e após a avaliação da conformidade da proposta, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, o referido comprovante deverá ser encaminhado junto a submissão da proposta no sistema eletrônico de disputa. Caberá ao licitante optar por uma das seguintes modalidades de garantia: a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente; b) seguro garantia; c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil; d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal. A referida garantia, quando na modalidade caução em dinheiro, deverá ser depositada na seguinte conta: Titular - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCENA - RECEITA. Banco - BRASIL. Agência - 1681-0. Conta Corrente - 10345-4. Na hipótese do respectivo comprovante bancário apresentar alguma inconsistência que não permita a confirmação de depósito do valor referente à garantia, a proposta será desclassificada:

6.10.1.1.A garantia de proposta será devolvida ao licitante no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação;

6.10.1.2.Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação;

**6.10.1.3.Não sendo comprovado o recolhimento da correspondente quantia a título de garantia de proposta conforme as disposições deste item, inclusive se for realizado posteriormente a data e o horário previstos para abertura da sessão pública desta licitação, a respectiva proposta será desclassificada.**

## **7.0.DO CREDENCIAMENTO**

7.1.Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no sistema eletrônico de disputa à distância utilizado pelo ORC, acessando o seguinte endereço eletrônico: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

7.2.Os interessados deverão atender às condições e procedimento constantes do referido site, cujo credenciamento implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

7.3.O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados, diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema eletrônico ou do ORC por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.4.É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no referido sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.5.A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

## **8.0.DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

8.1.Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.2.No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, relativamente às declarações necessárias e obrigatórias, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei 14.133/21; tais como:

8.2.1.Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

8.2.2.Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

8.2.3.Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos Incisos III e IV, do Art. 1º e no Inciso III, do Art. 5º da Constituição Federal.

8.2.4.Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em Lei e em outras normas específicas.

8.3.O licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º, da Lei 123/06, estando apto a usufruir do tratamento favorecido previsto em seus Arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do Art. 4º, da Lei 14.133/21:

8.3.1.No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item; e

8.3.2.Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei 123/06, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.4.Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.5.Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

8.6.Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas finais, após a fase de envio de lances.

8.7.Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

8.7.1.A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

8.7.2.Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem anterior.

8.8.O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

8.9.O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o ORC, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

8.10.Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.11.O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8.12.A falsidade de declaração relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei 14.133/21, e neste Edital. O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a esclarecer as informações declaradas.

## **9.0.DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

9.1.O licitante deverá enviar sua **PROPOSTA** mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, de todos os campos necessários e obrigatórios para o exame de forma objetiva da sua real adequação e exequibilidade, tais como:

9.1.1.Valor unitário do item: expresse em moeda corrente nacional;

9.1.2.Quantidade: conforme fixada no Termo de Referência - Anexo I;

9.1.3.Marca: se for da própria empresa deverá ser informado "própria";

9.1.4.Descrição do objeto: contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência - Anexo I.

9.2.Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

9.3.Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais.

9.4.A quantidade de unidade a ser cotada está fixada no Termo de Referência - Anexo I:

9.4.1.O Licitante não poderá ofertar proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação, indicado na coluna "quantidade" do referido termo de referência.

9.5.A indicação de "própria" em campo específico, como por exemplo "marca", para o caso de bens produzidos pela própria empresa, é condição para a não identificação do licitante.

9.6.A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe este Edital e seus anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

9.7.No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

9.8.Não será admitida a previsão de preços diferentes em decorrência do local de entrega do objeto da presente contratação, mesmo quando distintos; ou em razão da forma e do local de acondicionamento; ou por qualquer outro motivo.

9.9.O preço ofertado, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.10.Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

9.11.Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.12.Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

9.13.As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico e **qualquer elemento que possa identificar o licitante importa desclassificação da proposta** correspondente, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

## **10.0.DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

10.1.A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2.Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública:

10.2.1.Será desclassificada a proposta que identifique o licitante;

10.2.2.A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

10.2.3.A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.3.O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.4.O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

10.5.Iniciada a fase competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro:

10.5.1.O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

10.6.Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

10.7.O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema:

10.7.1.O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).

10.8.Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema:

10.8.1.O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível;

10.8.2.O Pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo desse processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema. Eventual exclusão de proposta do licitante implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

10.9.Será adotado para o envio de lances neste certame o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.10.A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.11.A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.12.Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

10.13.Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações:

10.13.1.Após o reinício previsto no item acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

10.14.Encerrada a etapa de que trata o subitem anterior, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente.

10.15.Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.16.Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.17.No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.18.Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.19.Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.20.Em relação ao item não exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45, da Lei 123/06.

10.21.Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até cinco por cento acima da melhor proposta ou do melhor lance, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.22.A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de cinco minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.23.Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de cinco por cento, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

10.24.No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.25.Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances.

10.26.Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 60, da Lei 14.133/21, nesta ordem:

10.26.1.Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

10.26.2.Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei 14.133/21;

10.26.3.Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

10.26.4.Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.27.Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens produzidos por:

10.27.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do ORC;

10.27.2. Empresas brasileiras;

10.27.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.27.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/09.

10.28.Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

10.29.Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento:

10.29.1.A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

10.29.2.A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

10.29.3.Concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos os licitantes e registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo;

10.29.4.O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a sua **proposta atualizada**, adequada ao último lance ofertado e após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;

10.29.5.É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente.

10.30.Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no sistema a nova data e horário para a sua continuidade, observado o intervalo mínimo de vinte e quatro horas.

10.31.Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de julgamento da proposta.

## 11.0.DA FASE DE JULGAMENTO

11.1.Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no Art. 14, da Lei 14.133/2021, legislação correlata e neste Edital.

11.2.Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício aplicado.

11.3.Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço final em relação ao estipulado para contratação, conforme definido neste Edital e em seus anexos.

11.4.O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio do sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta:

11.4.1.É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;

11.4.2.Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam os que contenham as características do produto ofertado, tais como marca, modelo, fabricante e procedência, encaminhados por meio do sistema eletrônico, ou, quando indicado pelo Pregoeiro, por outro meio eletrônico, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

11.5.Será desclassificada a proposta vencedora que:

11.5.1.Contiver vícios insanáveis;

11.5.2.Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência - Anexo I;

11.5.3.Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

11.5.4.Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

11.5.5.Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.5.6.Não comprovar, quando solicitado pelo Pregoeiro recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, nos termos do item 6.10 deste Edital.

11.6.É indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pelo ORC; em tal situação, não sendo possível a imediata confirmação, será dada ao licitante a oportunidade de demonstrar a sua exequibilidade, sendo-lhe facultado o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para apresentar, por meio do sistema eletrônico, a documentação que comprove a viabilidade da proposta:

11.6.1.É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;

11.6.2.A inexecuibilidade, nessa hipótese, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

11.6.2.1.Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

11.6.2.2.Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.7.O Pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.

11.8.Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas das propostas. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

11.9.Encerrada a fase de julgamento, após verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, o Pregoeiro verificará a documentação de habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital. Antes, porém, como requisito de pré habilitação, será solicitado ao licitante provisoriamente vencedor a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, nos termos do item 6.10 deste Edital.

## **12.0.DA HABILITAÇÃO**

12.1.Os documentos previstos neste instrumento, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, conforme as disposições dos Arts. 62 a 70, da Lei 14.133/21.

12.2.Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de **HABILITAÇÃO**:

### **12.3.PESSOA JURÍDICA:**

12.3.1.Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.

12.3.2.Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

12.3.3.No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br). No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores. No caso de filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz. Em se tratando de sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil. Salienta-se que os documentos relacionados neste subitem deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.3.4.Balanco patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais. Os referidos documentos limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de dois anos. As pessoas jurídicas criadas no exercício financeiro desta licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

12.3.5.Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.3.6.Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, Estadual ou Distrital da sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante apresentação de certidão negativa, ou outro equivalente, na forma da lei.

12.3.7.Comprovação de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, apresentando o respectivo Certificado de Regularidade fornecido pela Caixa Econômica Federal.

12.3.8.Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, nos termos do Título VII–A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto–Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

12.3.9.Declaração do licitante atestando que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme modelo – Anexo II.

12.3.10.Declaração do licitante, sob pena de desclassificação, de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo – Anexo III.

12.3.11.Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas.

12.3.12.Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica expedida pelo Tribunal de Contas da União, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas, no endereço eletrônico: [www.tcu.gov.br](http://www.tcu.gov.br).

12.3.13.Comprovação do cumprimento de requisitos normativos, conforme modelos - Anexo VI:

12.3.13.1.Declaração de ciência dos termos do Edital;

12.3.13.2.Declaração de inexistir fato impeditivo;

12.3.13.3.Declaração de não possuir no quadro societário servidor da ativa do ORC;

12.3.13.4.Declaração de não utilizar trabalho degradante ou forçado;

12.3.13.5.Declaração de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade; e

12.3.13.6.Declaração de observância do limite de contratação com a Administração Pública.

#### **12.4.Documentação específica - pessoa jurídica:**

12.4.1.Comprovação de qualificação técnico-operacional - item 6.9.1.

12.4.2.Demonstrativo da aptidão econômica - item 6.9.2.

12.5.Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do Pregoeiro, prorrogável por igual período, nas seguintes situações:

12.5.1.Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro; ou

12.5.2.De ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

12.6.Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor:

12.6.1.Os documentos relativos à regularidade fiscal constantes deste Edital, somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

12.7.A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.8.Encerrado o prazo para envio da documentação de habilitação exigida neste certame, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas, para:

12.8.1.A aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

12.8.2.Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

12.8.3.Suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante; e

12.8.4.Suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

12.9.Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

12.10.Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observados o prazo e os termos definidos neste instrumento para o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado:

12.10.1.Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos eventuais procedimentos da Comissão de Contratação, para sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e a sua validade jurídica, observadas as disposições deste Edital.

12.11.A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, observando-se o seguinte procedimento:

12.11.1.As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, dentre os documentos enumerados neste instrumento para efeito de habilitação, mesmo que esta apresente alguma restrição;

12.11.2.Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista quando da comprovação de que trata o subitem anterior, será assegurado prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

12.11.3.Para aplicação do disposto no subitem anterior, o prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação. A prorrogação desse prazo poderá ser concedida, a critério do Pregoeiro, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa;

12.11.4.A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após o prazo de regularização fiscal e trabalhista de que tratam os dois subitens anteriores;

12.11.5.A não regularização da documentação, no prazo acima previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 156, da Lei 14.133/21, sendo facultado ao ORC convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação;

12.11.6.Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.12.Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos, mediante apresentação dos documentos originais não digitais, quando houver alguma dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

12.13.Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos:

12.13.1.Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.14.Os documentos exigidos para fins de habilitação no certame deverão ser organizados na ordem descrita neste instrumento, precedidos por índice correspondente, apresentados em original; ou por cópia autenticada por cartório competente, ou pelo Pregoeiro, ou por membro da Equipe de Apoio ou da Comissão de Contratação; ou publicação em órgão da imprensa oficial. Estando perfeitamente legíveis, sem conter borrões, rasuras, emendas ou entrelinhas e dentro do prazo de validade, considerado o disposto neste Edital. A eventual ausência do referido índice não inabilitará o licitante, sendo que:

12.14.1.A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante os agentes do ORC relacionados no item anterior, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

12.14.2.Quando o documento for obtido via Internet sua autenticidade será comprovada no endereço eletrônico nele indicado;

12.14.3.Poderá ser utilizada, a critério do Pregoeiro, a documentação cadastral de fornecedor, constante dos arquivos do ORC, para comprovação da autenticidade de elementos apresentados pelo licitante.

12.15.Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.16.Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas dos documentos de habilitação apresentados. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

### **13.0.DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

13.1.A proposta final do licitante declarado vencedor - **proposta atualizada** - deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, e deverá:

13.1.1.Ser elaborada em consonância com as especificações constantes deste Edital e seus Anexos, redigida em língua portuguesa e impressa em uma via em papel timbrado do proponente, quando for o caso, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas; datada e assinada pelo licitante ou seu representante legal, com indicação: do valor global da proposta; do prazo de entrega; das condições de pagamento; e da sua validade;

13.1.2.Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

13.1.3.Estar adequada ao último lance ofertado e a negociação realizada, acompanhada, dos documentos complementares eventualmente solicitados, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

13.2.Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais, sendo que, nesse último caso, a indicação em contrário está sujeita a correção, observando-se aos seguintes critérios:

13.2.1.Falta de dígitos: serão acrescidos zeros;

13.2.2.Excesso de dígitos: sendo o primeiro dígito excedente menor que cinco, todo o excesso será suprimido, caso contrário haverá o arredondamento do dígito anterior para mais e os demais excedentes suprimidos.

13.3.Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o preço unitário e o total em algarismos e o valor global da proposta em algarismos e por extenso:

13.3.1.Existindo discrepância entre o preço unitário e total, resultado da multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário prevalecerá;

13.3.2.No caso de divergência entre o valor numérico e o expresso por extenso, prevalecerá o valor expresso por extenso;

13.3.3.Fica estabelecido que havendo divergência de preços unitários para um mesmo produto, prevalecerá o de menor valor.

13.4.A proposta obedecerá aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

13.5.A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado.

13.6.No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens; inclusive a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

13.7.A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção ao Contratado:

13.7.1.Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

13.8.As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

13.9.O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de seu encaminhamento.

### **14.0.DOS RECURSOS**

14.1.A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no Art. 165, da Lei 14.133/21.

14.2.Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, que no presente certame será de 30 (trinta) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer.

14.3.Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1.A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

14.3.2.O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

14.4.O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.5.As razões do recurso deverão ser apresentadas, exclusivamente, da seguinte forma:

14.5.1.Em campo próprio do sistema eletrônico.

14.6.O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso com a sua manifestação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.7.Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.8.O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.9.O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.10.O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.11.Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no seguinte sítio: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

## **15.0.DA HOMOLOGAÇÃO**

15.1.Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

15.1.1.Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

15.1.2.Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

15.1.3.Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

15.2.4.Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

## **16.0.DO CONTRATO**

16.1.Após a homologação pela autoridade superior do ORC, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos da data de recebimento da notificação, e nas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, assinar o respectivo contrato, podendo o mesmo sofrer alterações nos termos definidos pela Lei 14.133/21:

16.1.1.O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração;

16.1.2.A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor ORC:

16.1.2.1.A regra do subitem anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma estabelecida neste dispositivo;

16.1.3.Decorrido o prazo de validade da proposta indicado neste Edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

16.2.Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a Ata de Registro de Preços ou a contratação, ou instrumento hábil, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei 14.133/21, e em outras legislações aplicáveis.

16.3.Na assinatura do contrato será exigida a comprovação de todas as condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo Contratado durante a vigência do referido contrato.

16.4.O contrato que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21; e o fornecimento realizado de forma integral.

16.5.Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

### **16.6.Garantia da contratação:**

16.6.1.Conforme as disposições dos autos do presente certame, não será exigida a garantia da contratação de que tratam os Arts. 96 e seguintes, da Lei 14.133/21.

## **17.0.DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

17.1.Formalização e Cadastro de Reserva:

17.1.1.Após a homologação do certame, serão registrados na Ata de Registro de Preços, os preços e os quantitativos do adjudicatário, observado o disposto neste Edital; e será incluído na referida ata, na forma de anexo, o registro:

17.1.1.1.Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

17.1.1.2.Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

17.1.2.Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados:

17.1.2.1.A apresentação de novas propostas na forma deste subitem não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado;

17.1.2.2.Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

17.1.3.A habilitação dos licitantes que comporão o Cadastro de Reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

17.1.3.1.Quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos neste Edital; ou

17.1.3.2.Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas neste Edital.

17.1.4.Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista neste Edital, poderá:



17.1.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou  
17.1.4.2. Adjudicar e firmar a contratação nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

#### 17.2. Assinatura:

17.2.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/21.

17.2.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado convocado, desde que:

17.2.2.1. A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

17.2.2.2. A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

17.2.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência - Anexo I deste instrumento, devidamente homologados, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do correspondente item, a respectiva quantidade, preço registrado e demais condições.

17.2.4. O preço registrado, com a indicação do fornecedor, será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP e disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

17.2.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

17.2.6. Na hipótese de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do Cadastro de Reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

#### 17.3. Vigência:

17.3.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso:

17.3.1.1. Em caso de prorrogação da Ata de Registro de Preços, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

17.3.2. O prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: até o final do exercício financeiro de 2026, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

#### 17.4. Vedação a acréscimos de quantitativos:

17.4.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na Ata de Registro de Preços.

#### 17.5. Controle e gerenciamento:

17.5.1. O controle e o gerenciamento das Atas de Registro de Preços serão realizados por meio de procedimentos de gestão de atas, quanto a:

17.5.1.1. Os quantitativos e os saldos; e

17.5.1.2. As solicitações de adesão.

#### 17.6. Alteração ou atualização dos preços registrados:

17.6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do bem registrado, nas seguintes situações:

17.6.1.1. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

17.6.1.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21; ou

17.6.1.3. Na hipótese de reajustamento sobre os preços registrados, prevista neste instrumento, nos termos do disposto na Lei 14.133/21.

#### 17.7. Negociação de preços registrados:

17.7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado:

17.7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas;

17.7.1.2. Na hipótese prevista no subitem anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto neste instrumento;

17.7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do disposto neste instrumento, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa;

17.7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto neste instrumento.

17.7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso:

17.7.2.1. Para fins do disposto no subitem anterior, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas. Na hipótese de comprovação dessa ocorrência, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado;

17.7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do

seu registro, nos termos do disposto neste instrumento, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei 14.133/21, e na legislação aplicável;

17.7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto neste instrumento;

17.7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do disposto neste instrumento, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa;

17.7.2.5. O órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto neste instrumento.

## **18.0. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DO PREÇO REGISTRADO**

18.1. Cancelamento do registro do fornecedor:

18.1.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador, quando o fornecedor:

18.1.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

18.1.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

18.1.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista neste instrumento; ou

18.1.1.4. Sofrer sanção prevista nos Incisos III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei 14.133/21. Nessa hipótese, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, o órgão gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

18.1.2. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas neste item será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

18.1.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

18.2. Cancelamento dos preços registrados:

18.2.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

18.2.1.1. Por razão de interesse público;

18.2.1.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

18.2.1.3. Se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto neste instrumento.

## **19.0. DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR REGISTRADO**

19.1. Formalização:

19.1.1. A contratação com o fornecedor registrado na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por meio de instrumento hábil, na forma definida neste Edital, conforme as disposições constantes do Art. 95, da Lei 14.133/21.

19.1.2. O instrumento de que trata o subitem anterior, será assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

19.2. Alteração do contrato:

19.2.1. O contrato eventualmente decorrente da ata poderá ser alterado, observado o disposto no Art. 124, da Lei 14.133/21.

19.3. Vigência do contrato:

19.3.1. A vigência do respectivo contrato será a estabelecida neste Edital, observadas as disposições do Art. 105, da Lei 14.133/21.

## **20.0. DO GERENCIAMENTO DO SISTEMA**

20.1. Competências:

20.1.1. A administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços, decorrentes do presente certame, serão do ORC, através do Departamento de Compras, atuando como órgão gerenciador do sistema de registro de preços, ao qual compete, em especial:

20.1.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

20.1.1.2. Conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados; e

20.1.1.3. Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento deste certame.

## **21.0. DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE PARTICIPANTE**

21.1. Competências:

21.1.1. O órgão ou a entidade participante é responsável por manifestar seu interesse em participar do registro de preços, ao qual compete, em especial:

21.1.1.1. Tomar conhecimento da Ata de Registro de Preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;

21.1.1.2. Assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, de que a contratação a ser realizada atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados;

21.1.1.3. Zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou de obrigações contratuais; e

21.1.1.4. Prestar as informações solicitadas pelo órgão gerenciador do sistema de registro de preços quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou à sua entidade.

## **22.0. DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

22.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada:

22.1.1. Pelo ORC, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle da Ata de Registro de Preços, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

22.2.O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

### **23.0.DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE**

23.1.Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 20/03/2026.

23.2.Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do seguinte parâmetro, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA-IBGE.

23.3.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

23.4.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

23.5.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

23.6.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

23.7.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

23.8.O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

23.9.O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

### **24.0.DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO**

24.1.Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

24.2.Serão designados pelo ORC representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do respectivo contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

### **25.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO**

25.1.Obrigações do Contratante:

25.1.1.Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis;

25.1.2.Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste;

25.1.3.Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais;

25.1.4.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo V.

25.2.Obrigações do Contratado:

25.2.1.Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

25.2.2.Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento;

25.2.3.Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante;

25.2.4.Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo contratação direta por Dispensa de Licitação, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

25.2.5.Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e consequentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação;

25.2.6.Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;

25.2.7.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo V.

### **26.0.DO PAGAMENTO**

26.1.O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo ORC, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

26.2.O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

26.3.Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

26.4.Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula:  $EM = N \times VP \times I$ , onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado:  $I = (TX \div 100) \div 365$ , sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice

estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

## **27.0.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

27.1.O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

27.2.Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

## **28.0.DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

28.1.As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste certame ou do termo de ajuste que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

28.2.Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

28.3.É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

28.4.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo V.

## **29.0.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

29.1.Para todos os efeitos, na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no ORC.

29.2.O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

29.3.Em caso de divergência entre disposições do Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as do Edital.

29.4.O Edital e seus anexos também estão disponibilizados na íntegra no endereço eletrônico: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br); no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP; e poderão ser lidos, e quando for o caso obtidos, mediante processo regular e observados os procedimentos definidos pelo ORC, no endereço: Rua Américo Falcão, 736 – Centro – Lucena – PB, nos horários normais de expediente: das 08:00 as 13:00 horas; mesmo endereço e horário nos quais os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

29.5.Para dirimir eventuais controvérsias decorrentes deste certame, excluído qualquer outro, o foro competente é o da Lucena, Estado da Paraíba.

29.6.Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

29.7.Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

29.8.Todas as referências de tempo no Edital, nos seus anexos, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

29.9.A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

29.10.As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do ORC, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

29.11.Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o ORC não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

Lucena - PB, 30 de Março de 2026.

---

GERALDO ROMERO GABRIEL BATISTA  
Setor de Compras



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCENA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

**ANEXO I - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2026**

**TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES**

**1.0.DO OBJETO**

1.1.Constitui objeto desta licitação: AQUISIÇÃO DE VAN, COM ACESSIBILIDADE, PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIRO.

**2.0.DA JUSTIFICATIVA**

2.1.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento convocatório, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de compra para suprir demanda específica – AQUISIÇÃO DE VAN, COM ACESSIBILIDADE, PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIRO – considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

2.2.As características e especificações do objeto ora licitado são:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	CATÁLOGO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	01 (UM) VEICULO DE TRANSPORTE SANITÁRIO (COM ACESSIBILIDADE – 1 CADEIRANTE), TRAÇÃO 4X2, CAPACIDADE MÍNIMA DE 10 PASSAGEIROS + CADEIRANTE, VEÍCULO 0 (ZERO) KM, POTÊNCIA MÍNIMA DE 130CV, DISTÂNCIA MÍNIMA ENTRE OS EIXOS DE 3665MM, COMBUSTÍVEL DIESEL, CÂMBIO MANUAL OU AUTOMÁTICO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, TV COM KIT MULTIMÍDIA E VEÍCULO COM REQUISITOS DE SEGURANÇA DA RESOLUÇÃO CONTRAN 939/2022		UND	1	385.723,00	385.723,00
<b>TOTAL</b>						385.723,00

**3.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

3.1.Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.

3.2.Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

3.3.Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.

3.4.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo V.

**4.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

4.1.Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.

4.2.Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento.

4.3.Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.

4.4.Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo contratação direta por Dispensa de Licitação, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

4.5.Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e consequentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação.

4.6.Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

4.7.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo V.

**5.0.DO PRAZO E DA VIGÊNCIA**

5.1.O prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do ORC, e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da emissão do Pedido de Compra:

Entrega: 30 (trinta) dias.

5.2.Salvo disposições em contrário devidamente estabelecidas neste instrumento, o local para a entrega, observada a demanda e oportunidade, será na sede do Contratante ou em uma das unidades administrativas, por ele indicada, que compõe a sua estrutura operacional.

5.3.O prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: até o final do exercício financeiro de 2026, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

## **6.0.DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE**

6.1.Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 20/03/2026.

6.2.Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do seguinte parâmetro, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA-IBGE.

6.3.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

6.5.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.6.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.7.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8.O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

6.9.O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

## **7.0.DO PAGAMENTO**

7.1.O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo ORC, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

7.2.O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

7.3.Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

## **8.0.DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO**

8.1.Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

## **9.0.DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO**

9.1.Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de pertinentes a essas atribuições.

9.2.A administração e os demais atos de controle da correspondente Ata de Registro de Preços, decorrente do competente processo licitatório, serão realizados através do Departamento de Compras, atuando como Gerenciador do Sistema de Registro de Preços.

9.3.Caberá ao gerenciador a realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação de vantajosidade, acompanhando o preço praticado para o respectivo item registrado, nas mesmas condições ofertadas, para fins de controle e, conforme o caso, fixação do valor máximo a ser pago para a correspondente contratação.

## **10.0.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

10.1.O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

10.2.Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

## **11.0.DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA**

11.1.Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o

pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula:  $EM = N \times VP \times I$ , onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado:  $I = (TX \div 100) \div 365$ , sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

## **12.0.DO MODELO DE PROPOSTA**

12.1.É parte integrante deste Termo de Referência o modelo de proposta correspondente, podendo o licitante utiliza-lo como referência - Anexo 01.

---

GERALDO ROMERO GABRIEL BATISTA  
Setor de Compras





**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCENA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

**ANEXO 01 AO TERMO DE REFERÊNCIA - PROPOSTA**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2026

**PROPOSTA**

**REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2026**  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUCENA - PB.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VAN, COM ACESSIBILIDADE, PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIRO.

PROPONENTE:  
CNPJ:

Prezados Senhores,

Nos termos da licitação em epígrafe, apresentamos proposta conforme abaixo:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	MARCA/MODELO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	01 (UM) VEICULO DE TRANSPORTE SANITÁRIO (COM ACESSIBILIDADE – 1 CADEIRANTE), TRACÇÃO 4X2, CAPACIDADE MÍNIMA DE 10 PASSAGEIROS + CADEIRANTE, VEÍCULO 0 (ZERO) KM, POTÊNCIA MÍNIMA DE 130CV, DISTÂNCIA MÍNIMA ENTRE OS EIXOS DE 3665MM, COMBUSTÍVEL DIESEL, CÂMBIO MANUAL OU AUTOMÁTICO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, TV COM KIT MULTIMÍDIA E VEÍCULO COM REQUISITOS DE SEGURANÇA DA RESOLUÇÃO CONTRAN 939/2022		UND	1		

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA - R\$

PRAZO DE ENTREGA:  
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:  
VALIDADE DESTA PROPOSTA:

Dados bancários do proponente para fins de pagamento:

Banco:

Conta:

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA  
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a proposta deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCENA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

**ANEXO II - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2026**

MODELO DE DECLARAÇÃO - de não empregar menor

**REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2026**  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUCENA - PB.

PROPONENTE  
CNPJ

**1.0 - DECLARAÇÃO de não empregar menor.**

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz na forma da legislação vigente; em acatamento às disposições do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA  
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCENA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

**ANEXO III - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2026**

MODELO DE DECLARAÇÃO - que a proposta compreende a integralidade dos custos

**REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2026**  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUCENA - PB.

PROPONENTE  
CNPJ

**1.0 - DECLARAÇÃO que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos.**

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA  
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCENA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

**ANEXO IV - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2026**

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: ..../2026**

Aos ... dias do mês de ... de ..., na sede do Setor de Contratação da Prefeitura Municipal de Lucena, Estado da Paraíba, localizada na Rua Américo Falcão - Centro - Lucena - PB, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 00004/2026 que objetiva o registro de preços para: AQUISIÇÃO DE VAN, COM ACESSIBILIDADE, PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIRO; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUCENA - CNPJ nº 11.516.231/0001-79.

VENCEDOR:						
CNPJ:						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
TOTAL						

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:**

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso. Em caso de prorrogação desta Ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do correspondente Contrato, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, relativamente ao Pregão Eletrônico nº 00004/2026, parte integrante deste instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pela Prefeitura Municipal de Lucena, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO:**

As obrigações decorrentes da execução do objeto deste certame, constantes da Ata de Registro de Preços, serão firmadas com o fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas no presente instrumento e a contratação será formalizada por intermédio do Contrato.

O prazo para assinatura do Contrato, será de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data da convocação.

O quantitativo do objeto a ser executado será exclusivamente o fixado no correspondente Contrato e observará, obrigatoriamente, o valor registrado na respectiva Ata.

Não atendendo à convocação para assinar o Contrato, e ocorrendo essa dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o licitante perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.

É permitido ao Órgão Realizador do Certame, no caso do licitante vencedor não comparecer para assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação e sucessivamente, para fazê-lo em igual prazo do licitante vencedor, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.

O Contrato decorrente do presente certame, deverá ser assinado no prazo de validade da respectiva Ata de Registro de Preços; e aquele que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136; e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº 00004/2026 e seus anexos, e as seguintes propostas vencedoras do referido certame:

- ....

Item(s):

Valor: R\$

- ....

Item(s):

Valor: R\$

**CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:**

Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Lucena.

---

...

---

...

---

...

---

...



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCENA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

**ANEXO V - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2026**

**MINUTA DO CONTRATO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2026**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 260324PE00004

**CONTRATO Nº: ....-SDC**

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUCENA E ....., PARA FORNECIMENTO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado Fundo Municipal de Saúde de Lucena - Av Américo Falcão, S/Nº - Centro - Lucena - PB, CNPJ nº 11.516.231/0001-79, neste ato representado Pelo(a) Senhor(a) Gestor do Fundo Municipal de Saúde João Rodrigues dos Santos Junior, Brasileiro, Casado, , CPF nº 007.728.704-54, Carteira de Identidade nº 2587561 SSP/PB, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado ..... - ..... - ..... - ..... - ..., CNPJ nº ....., neste ato representado por .... residente e domiciliado na ....., ..... - ..... - ..... - ..... - ..., CPF nº ....., Carteira de Identidade nº ....., doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:**

Este contrato decorre da licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 00004/2026, processada nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:**

O presente contrato, cuja lavratura foi autorizada ...., tem por objeto: AQUISIÇÃO DE VAN, COM ACESSIBILIDADE, PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIRO.

O fornecimento deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 00004/2026 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição; e será realizado na forma integral.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:**

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$ ... (...).

**CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE:**

Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 20/03/2026.

Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do seguinte parâmetro, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA-IBGE.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

**CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:**

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

02.060 SECRETARIA DE SAÚDE

10 122 1021 1067 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE  
4490.52 99 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE  
02.061 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10 302 1021 1069 INV – SERVIÇO DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA MAC  
10 301 1021 1070 INV – PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE  
4490.52 99 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:**

O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA:**

O prazo máximo de entrega do objeto ora contratado, que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da emissão do Pedido de Compra:

a - Entrega: 30 (trinta) dias.

A vigência do presente contrato será determinada: até o final do exercício financeiro de 2026, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

a - Efetuar o pagamento relativo ao fornecimento efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;

b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para o fiel fornecimento contratado;

c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade de produto fornecido, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;

d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme requisitos estabelecidos na norma vigente, ou pelos respectivos substitutos, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio da fiscalização com informações pertinentes a essa atribuição;

e - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:**

a - Executar devidamente o fornecimento descrito na cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;

b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;

d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;

e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;

g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

h - Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, ao longo de toda a execução do contrato, e sempre que solicitado pelo Contratante, deverá comprovar o cumprimento dessa reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;

i - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:**

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:**

Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:**

O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações



administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:**

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula:  $EM = N \times VP \times I$ , onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado:  $I = (TX \div 100) \div 365$ , sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:**

a - As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

b - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

c - É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

d - Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, quando for o caso, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

e - O Contratante deverá ser informado, no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

f - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

g - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

h - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

i - Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, ambos da Lei 13.709/18, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

j - Os bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, conforme Art. 37, da Lei 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.

k - O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:**

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Lucena.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Lucena - PB, ... de ..... de .....

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

.....

PELO CONTRATADO

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

.....



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCENA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

**ANEXO VI - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2026**

MODELOS DE DECLARAÇÕES - cumprimento de requisitos normativos

**REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2026**  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUCENA - PB.

PROPONENTE  
CNPJ

**1.0 - DECLARAÇÃO de ciência dos termos do Edital.**

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.

**2.0 - DECLARAÇÃO de inexistir fato impeditivo.**

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que inexistente até a presente data fato impeditivo no que diz respeito à habilitação/participação na presente licitação, estando ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores.

**3.0 - DECLARAÇÃO de não possuir no quadro societário servidor da ativa do órgão.**

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro societário e de funcionários, qualquer servidor efetivo ou comissionado ou empregado da Prefeitura Municipal de Lucena, como também em nenhum outro órgão ou entidade a ela vinculada, exercendo funções técnicas, gerenciais, comerciais, administrativas ou societárias.

**4.0 - DECLARAÇÃO de não utilizar trabalho degradante ou forçado.**

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que não possui em sua cadeia produtiva, nos termos do Art. 1º, Incisos III e IV, e do Art. 5º, Inciso III, da Constituição Federal, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

**5.0 - DECLARAÇÃO de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade.**

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente do cumprimento da reserva de cargo prevista na norma vigente, consoante Art. 93, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionário da empresa, atende às regras de acessibilidade previstas.

**6.0 - DECLARAÇÃO de observância do limite de contratação com a Administração Pública.**

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que, na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, no presente ano-calendário, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP, nos termos do Art. 4º, §§ 2º e 3º, da Lei 14.133/21.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO  
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCENA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**ANEXO VII - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2026**

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP [Publicidade: divulgação conjunta com o edital]

**OBSERVAÇÃO:** este anexo é representado pelo correspondente Estudo Técnico Preliminar - ETP, documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução; em atendimento ao requisito de publicidade determinado na norma vigente, que exige a publicação conjunta desses estudos com o respectivo Edital para garantir plena transparência e competitividade.

**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCENA**

**1.Introdução**

Este documento apresenta os estudos técnicos preliminares, onde será avaliada a contratação pretendida, demonstrando os elementos e as informações essenciais que servirão para embasar a elaboração do Termo de Referência, quando for considerada viável, de modo a melhor atender aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional.

**2.Objeto**

Constitui objeto do presente estudo técnico a pretensa: AQUISIÇÃO DE VAN, COM ACESSIBILIDADE, PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIRO.

**3.Necessidade da contratação**

A contratação descrita, que mesmo com o contínuo esforço de sempre buscar a otimização dos processos de trabalho, é essencial: Pela necessidade da devida efetivação de compra para suprir demanda específica – AQUISIÇÃO DE VAN, COM ACESSIBILIDADE, PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIRO – considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

**4.Alinhamento aos planos da Administração**

A contratação pretendida está alinhada aos planos estratégicos da Administração, delineados nas diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas, onde estão fixadas e detalhadas as respectivas ações ao alcance dos objetivos institucionais, primando pela eficácia, eficiência e efetividade dos respectivos projetos, programas e processos.

**5.Requisitos da contratação**

As características e especificações do objeto da referida contratação são:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE
ETP 1	01 (UM) VEICULO DE TRANSPORTE SANITÁRIO (COM ACESSIBILIDADE – 1 CADEIRANTE), TRAÇÃO 4X2, CAPACIDADE MÍNIMA DE 10 PASSAGEIROS + CADEIRANTE, VEÍCULO 0 (ZERO) KM, POTÊNCIA MÍNIMA DE 130CV, DISTÂNCIA MÍNIMA ENTRE OS EIXOS DE 3665MM, COMBUSTÍVEL DIESEL, CÂMBIO MANUAL OU AUTOMÁTICO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, TV COM KIT MULTIMÍDIA E VEÍCULO COM REQUISITOS DE SEGURANÇA DA RESOLUÇÃO CONTRAN 939/2022	UND	1

O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da emissão do Pedido de Compra:

Entrega: 30 (trinta) dias.

A vigência da presente contratação será determinada: até o final do exercício financeiro de 2026, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

A contratação do fornecimento, objeto deste estudo preliminar, deverá considerar os seguintes normativos: Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

Uma vez autorizada, a contratação pretendida deverá possuir previsão e adequação orçamentária e financeira com o orçamento vigente, necessariamente demonstrada, e compatibilidade com as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

Considerando que o procedimento em comento visa a formação de Sistema de Registro de Preços para contratações futuras, o prazo de vigência da respectiva Ata de Registro de Preços será de um ano e poderá ser prorrogado por igual período, nos termos da norma vigente, desde que: seja comprovado o preço vantajoso; haja previsão expressa no Instrumento Convocatório e na Ata de Registro de Preços; e a prorrogação da ata ocorra dentro do prazo de sua vigência. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado. Observados os aspectos do objeto deste estudo técnico bem como os parâmetros estabelecidos nos instrumentos de planejamento oficiais, entende-se que a possibilidade de renovação do quantitativo é medida indispensável para o atendimento de forma apropriada da demanda requerida e busca garantir a continuidade das atividades desenvolvidas pela Administração, especialmente as consideradas essenciais, sem a necessidade de um novo e custoso processo de contratação.

#### **6.Relação entre a demanda pretendida e o dimensionamento do fornecimento**

O adequado equilíbrio entre a demanda requerida e a dimensão da correspondente contratação é fundamental para o seu planejamento e execução, notadamente com o intuito de reduzir ou, até mesmo, de se evitar aditivos contratuais desnecessários ou, ainda, a necessidade da realização de novo certame, com consequente perda de economia de escala.

O quantitativo e a respectiva unidade da presente contratação em função do consumo delineado e utilização prováveis, foram devidamente definidos mediante observância à previsão da demanda a ser atendida e possíveis alterações em decorrência das atividades a serem desenvolvidas e seus desdobramentos, bem como considerando o orçamento disponível e ainda a sequência histórica da realização de despesas semelhantes, quando existente.

#### **7.Levantamento de mercado**

Diversas empresas do ramo pertinente podem executar o objeto deste estudo preliminar. Foram analisadas contratações similares feitas por outras entidades, por meio de consulta aos respectivos sistemas de gestão dos órgãos fiscalizadores, com o intuito de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração e as identificadas, quando possível e consideradas viáveis, foram incorporadas na contratação em análise.

Constatou-se, inclusive, que para a realização de despesas semelhantes ao objeto do presente estudo técnico, diversas entidades públicas efetivam a contratação de forma análoga à que se pretende adotar pela Administração, cumprindo as regras e exigências legais e normativas.

#### **8.Justificativa da escolha do tipo de solução a contratar**

A solução que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional, é a pretensão: AQUISIÇÃO DE VAN, COM ACESSIBILIDADE, PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIRO. Salienta-se que a vigência da contratação será determinada: até o final do exercício financeiro de 2026, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21. Nesse mesmo diapasão, sopesadas as possibilidades previstas no Art. 44, da Lei 14.133/21, quando houver, observados os aspectos da demanda requerida, e após considerados os custos e os benefícios de cada opção prevista no referido diploma legal, indica-se como a alternativa mais vantajosa para a Administração, a contratação do objeto detalhado no presente instrumento, da forma como se apresenta.

#### **9.Estimativas preliminares dos preços**

Nos termos da norma vigente o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. Informamos que, relativamente ao procedimento em tela, existe previsão de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado, conforme consulta prévia efetuada ao setor responsável.

Na pretensão contratação o valor estimado foi definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização do seguinte parâmetro: utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso.

Com base nos custos para execução do objeto da contratação, definidos por meio de parâmetro de aferição do melhor preço na forma estabelecida no Art. 23, § 1º, da Lei 14.133/21, relacionamos abaixo o preço de referência considerado satisfatório.

A estimativa preliminar total a ser considerada é equivalente a R\$ 385.723,00.

#### **10.Descrição da solução como um todo**

Conforme os elementos apresentados, a solução é: AQUISIÇÃO DE VAN, COM ACESSIBILIDADE, PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIRO. Entende-se que o fornecimento poderá ser realizado na forma integral e no Sistema de Registro de Preços.

#### **11.Justificativa para o parcelamento ou não da solução**

De acordo com a legislação vigente, é obrigatório o parcelamento quando o objeto da contratação tiver natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto a ser licitado. Compras, obras ou serviços efetuados pela Administração serão divididos em tantos itens, parcelas e etapas que se comprovem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se a licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado, sem prejuízo da economia de escala. A norma ainda permite cotação de quantidade inferior à demandada no certame, com vistas a ampliação da competitividade, podendo o ato convocatório fixar quantitativo mínimo. Nesse sentido, o competente processo licitatório a ser deflagrado para efetivação da presente contratação será realizado em um único item, conforme as características e especificações constantes da tabela acima destacada.

Considerados os aspectos e as características da solução que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, acima detalhada e, ainda, as particularidades e a dinâmica das atividades a serem desenvolvidas, entende-se que sobre o objeto da presente contratação não deve incidir outra possibilidade de parcelamento, quer seja no modo formal, não permitindo cotação de quantidade inferior à demandada no ato convocatório, para evitar a ocorrência inviável, no contexto operacional, de mais de um certame ou adjudicatário por item e o consequente prejuízo da economia de escala; quer seja na forma material, não sendo admitida a participação de consórcio. No entanto, poderá ocorrer a autorização para a realização de subcontratação.

As regulares dimensão e complexidade do objeto desta contratação bem como as circunstâncias concretas do mercado correspondente, não requerem a associação entre proponentes, haja vista a existência de inúmeras empresas aptas a preencherem as condições específicas exigidas no presente certame. Nesse contexto, entende-se que a formação de consórcios

acarretaria risco da dominação de mercado, através de pactos para eliminar a competição, reduzindo o universo da disputa, podendo retratar na composição entre eventuais interessados, que em vez de estabelecerem disputa entre si, formalizariam acordo, na figura do consócio, para suprimir a concorrência no processo, prejudicando, em última análise, a obtenção de proposta mais vantajosa.

## **12.Resultados pretendidos**

A Administração almeja com a contratação da pretensa solução, em termos de economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos, os seguintes resultados:

Em termos de economicidade, a efetivação da melhor contratação viável, especialmente quanto ao melhor custo benefício, relativamente a: AQUISIÇÃO DE VAN, COM ACESSIBILIDADE, PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIRO.

Com relação à eficácia, o atendimento de todas as demandas logísticas e funcionais, no suporte às atividades finalísticas da Administração, inerentes aos correspondentes serviços prestados de interesse público. Quanto à eficiência, assegurar a continuidade da prestação regular de tais serviços, com demanda notadamente crescente, e do uso racional dos recursos financeiros disponíveis.

Relativo ao melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros, com a contratação em comento, da forma como se apresenta - consideradas as especificações, prazos, quantitativos e demais exigências devidamente definidas -, espera-se o regular cumprimento, por parte do interessado que venha a ser contratado, de todas as obrigações e compromissos assumidos, pois, desse modo, não haverá a necessidade de extinção contratual ou outras sanções em decorrência de inexecução do instrumento de ajuste pactuado, permitindo ao contratante, em vez de envidar esforços para a realização de novo certame destinado a contratação do mesmo objeto, destinar seus recursos humanos, materiais e financeiros para outras atividades fins da Administração.

Entende-se que a correta execução do objeto da contratação em tela, cuja regularidade será fiscalizada pela Administração, não atenta quanto ao meio ambiente e, principalmente, não acarretará impactos ambientais negativos.

## **13.Providências para adequação do ambiente da Administração**

Verificou-se não haver a necessidade iminente de providências no sentido de adequações físicas no ambiente da Administração em decorrência da execução do objeto da contratação.

## **14.Análise de risco**

Não foram identificados riscos substanciais a fora os comuns a toda contratação semelhante, tais como: a inexecução total ou parcial do ajuste pactuado; o não cumprimento de obrigações, especificações, projetos e prazos; bem como a ocorrência de caso fortuito ou de força maior.

Entende-se que as ações, de iniciativa da Administração, necessárias para reduzir a ocorrência dos riscos identificados, já estão previstas nos normativos aos quais à contratação do presente fornecimento deverá estar devidamente fundamentada, representadas pelas sanções administrativas a serem definidas, observando-se os aspectos e características do seu objeto.

## **15.Requisitos específicos para a contratação**

Observado o disposto na legislação pertinente, os aspectos e as características da despesa, bem como abordadas todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, entende-se que o certame a ser deflagrado deverá ainda contemplar requisitos específicos, compreendidos: o critério de julgamento definido de menor preço; a impossibilidade de participação da pessoa física; o caráter não sigiloso do orçamento estimado da contratação e a não permissão da participação de sociedades cooperativas.

Outros requisitos considerados determinantes - exigência de: prestação de garantia de proposta; qualificação técnico-operacional; e comprovação da aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes da futura contratação, aferida de forma objetiva, por índices econômicos previstos no instrumento convocatório.

Consideradas as características e propriedades do objeto desta contratação, entende-se pela impossibilidade de participação da pessoa física, quer pelos próprios atributos do objeto, quer pelos requisitos exigidos para habilitação dos interessados no certame; haja vista que para a sua devida execução, poderão ser demandados recursos financeiros ou uma estrutura de equipamentos e instalações, ou até a pluralidade de profissionais, incompatíveis para uma pessoa física. Nesses termos, conclui-se que a capacidade de uma pessoa física de garantir a execução da contratação, observadas ainda a dinâmica do mercado e a legislação pertinente, é bem menor que a de uma empresa, representando um potencial prejuízo para a Administração.

Pela natureza do objeto desta contratação e, ainda, observado o modo como é usualmente executado no mercado em geral, entende-se presentes, de forma isolada ou simultânea, aspectos que desnaturam a atuação típica de uma cooperativa, seja pela própria natureza do objeto, seja a necessidade de subordinação jurídica entre o particular contratado e o obreiro, bem como de pessoalidade e habitualidade. Portanto, a participação de cooperativas potencializa a ocorrência de violação a princípios da licitação, como os da legalidade, economicidade e eficiência, expondo a Administração a vários riscos, dentre os quais o de enfrentar situações ambíguas e questionamentos legais, uma vez que as cooperativas possuem normas próprias das empresas tradicionais, afetando a segurança jurídica do certame; de ter que arcar com eventuais obrigações trabalhistas subsidiariamente; e a dificuldade de responsabilização e controle devido à natureza peculiar das cooperativas.

## **16.Conclusão**

Com base nas especificações e requisitos da solução escolhida que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, bem como considerando os elementos obtidos nos estudos preliminares realizados, avalia-se viável a contratação pretendida.

Lucena - PB, 20 de Março de 2026.

GERALDO ROMERO GABRIEL BATISTA  
Setor de Compras



Processos

PI

Prefeitura Municipal de Santo I...

Pregão para Registro de Preços

Menor Preço

Nº do Processo: PE SRP 004/...



Recebendo propostas

# REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO VAN COM ACESSIBILIDADE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTO INÁCIO DO PIAUÍ – PI

PE SRP 004/2026



Prefeitura Municipal de Santo Inácio do Piauí



Registro de Preços Eletrônico



QUERO PARTICIPAR DESSE PROCESSO

 [Resumo por IA](#) 

# Informações

Tipo:	Tratamento da Fase de Lances:	Operação:
Registro de Preços Eletrônico - Menor Preço	Aberto	Fechada
Pregoeiro:	Autoridade Competente:	Apoio:
ROMEY APARECIDO MARTINS DE CARVALHO	AURO APARECIDO DE CARVALHO	ADALBERTO JOSE RODRIGUES NETO, ROMEY APARECIDO MARTINS DE CARVALHO
Origem dos Recursos:	Legislação Aplicável:	Objeto:
Próprio	Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Nova Lei de Licitações	REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO V...



# Datas



Data de Publicação

27/03/2026 às 16:02



Início das Propostas

27/03/2026 às 17:00



Limite p/ Impugnações

06/04/2026 às 23:59



Limite p/ Esclarecimentos

06/04/2026 às 23:59



Limite p/ Recebimento das Propostas

09/04/2026 às 09:30



Abertura das Propostas

09/04/2026 às 09:31

# Documentos

Processo

Fornecedores

EDITAL PE SRP 004-2026 - AQUISIÇÃO DE VAN COM ACESSIBILIDADE.pdf

Tipo: Edital  
27/03/2026-16:01:48



# Itens

1 registros

Buscar item



Item 1

✓ Recebendo Propostas

Veículo tipo VAN, zero km, original de fábrica ou com homologação da fabricante, combustível: diesel...

[Ver mais](#)

Quantidade:	Disputa:
1	<div>AC</div> Ampla Concorrência
Valor de referência:	Melhor lance:
R\$ 390.000,00	-
Unidade:	
UN	

# Andamento do processo

Buscar no andamento



As informações não existem ou estão indisponíveis nesse momento.



## Nossas soluções premiadas



Central de atendimento

Processos

[Comprador](#)[Sociedade](#)[Fornecedor](#)[Marketplace](#)[Novidades](#)[Atendimento](#)[Sobre nós](#)[Área do usuário](#)

O Portal de Compras Públicas é associado à ATCG (Associação de Tecnologia e Compras Governamentais), reforçando seu compromisso com a transparência, inovação e boas práticas no setor público. Atuamos em conformidade com a legislação vigente, com processos e soluções alinhados às exigências legais e regulatórias. Link de Acesso: Documentos - Associação das Empresas de Tecnologia para Contratações Governamentais

SIA Trecho 17, Rua 20, Lote 90 - 2º andar, Brasília/DF - CEP 71.200-256

© 2026 Portal de Compras Públicas. Todos os direitos reservados

CNPJ: 09.397.355/0001-30 - Ecustomize Consultoria em Software S/A

# ATA DE PROPOSTAS

Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA

Florianópolis

Registro de Preços Eletrônico - 0077/2025

## Declarações obrigatórias

Título	Descrição
Declaração de conhecimento do Edital	Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumprio plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.
Declaração de reserva de cargos	Declaro cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
Declaração de proposta econômica	Sob pena de desclassificação, declaro que minhas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
Declaração de Não-Emprego de menores	Declaro para fins do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos.
Declaração de Não-Emprego de trabalho degradante	Declaro não possuir em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal.
Declaração de Acessibilidade	Declaro que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, estou ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.
Declaração de Inexistência de Fato Superveniente	Declaro sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

\* As declarações supracitadas foram aceitas por todos os participantes.

## Propostas Enviadas

### 0001 - VEÍCULO AUTOMOTOR MINIBUS COM 8+1 LUGARES - TIPO A. PARA CNH B. CONFORME CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DESCRITAS NA FOLHA DE DADOS. (CIN32180)

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
TRANSFORMAT COMERCIO E SERVICOS LTDA	32.426.859/0001-53	09/01/2026 - 16:38:11	PEUGEOT EXPERT	PEUGEOT	131	R\$400.000,00	R\$ 52.400.000,00	Não
P EQUIPAMENTOS E SERVIÇO LTDA	30.105.413/0001-00	08/01/2026 - 16:11:43	PEUGEOT	psa	131	R\$400.000,00	R\$ 52.400.000,00	Sim
TAWA VEICULOS ESPECIAIS LTDA	16.850.663/0001-35	09/01/2026 - 11:52:26	JUMPY	CITROEN	131	R\$295.620,88	R\$ 38.726.335,28	Não
TCA TRANSFORMACOES VEICULARES LTDA	08.389.661/0002-43	09/01/2026 - 14:12:00	EXPERT	PEUGEOT	131	R\$350.000,00	R\$ 45.850.000,00	Não
SANTA PAULINA STRASBOURG VEICULOS LTDA	05.210.259/0001-80	09/01/2026 - 16:26:29	EXPERT VITRÉ - 25/26	PEUGEOT DO BRASIL	131	R\$266.770,00	R\$ 34.946.870,00	Não
CAMMINARE MAQUINAS E EMPREENDIMENTOS LTDA	35.741.144/0001-83	09/01/2026 - 18:12:07	EXPERT 2.2 08+01 LUGARES	PEUGEOT	131	R\$350.000,00	R\$ 45.850.000,00	Não
DUNA PSA - COMERCIO DE VEICULOS E PECAS LTDA	55.941.529/0002-82	11/01/2026 - 14:20:29	MINIBUS 8+1 JUMPY VITRE	CITROEN/STELLANTIS	131	R\$280.000,00	R\$ 36.680.000,00	Não
VIA PORTO VEICULOS LTDA	02.266.596/0005-25	11/01/2026 - 16:49:29	FIAT SCUDO MULTI ADAPTADA 8+1	FIAT/STELLANTIS	131	R\$293.890,00	R\$ 38.499.590,00	Não
CKS COMERCIO DE VEICULOS LTDA	30.330.883/0001-69	11/01/2026 - 19:22:06	EXPERT 8+1 PASSAGEIROS	Peugeot	131	R\$300.000,00	R\$ 39.300.000,00	Não
NOCARVEL - NOSSA SENHORA DO CARMO VEICULOS LTDA	05.914.425/0001-20	11/01/2026 - 19:37:42	SCUDO MINIBUS 9L 2.2 TURBODIESEL	FIAT	131	R\$350.000,00	R\$ 45.850.000,00	Não
TRENTINO COMERCIAL DE VEICULOS LTDA	44.257.157/0001-72	12/01/2026 - 08:08:14	SCUDO MULTI 2.2 TD Transformada	FIAT	131	R\$301.970,00	R\$ 39.558.070,00	Não
BREITKOPF FRANCE VEICULOS LTDA	31.471.770/0002-27	11/01/2026 - 22:39:36	Jumpy	Citroen	131	R\$320.000,00	R\$ 41.920.000,00	Não
BRUNISA COMERCIO E SERVICOS PARA TRANSITO E TRANSPORTE LTDA.	20.901.717/0001-11	11/01/2026 - 22:46:05	EXPERT	PEUGEOT	131	R\$390.000,00	R\$ 51.090.000,00	Sim

Página 1 de 20



GLOBO PLANALTO COMERCIO DE VEICULOS LTDA	83.227.421/0007-72	11/01/2026 - 23:29:14	FIAT	SCUDO MULTI	131	R\$281.100,00	R\$ 36.824.100,00	Não
ROMA CONSULTORIA PRIME LTDA	52.359.927/0001-16	12/01/2026 - 06:07:16	Jumpy Vitre	CITROEN	131	R\$500.000,00	R\$ 65.500.000,00	Não
MANUPA COMERCIO EXPORTACAO IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS E VEICULOS ADAPTADOS LTDA	03.093.776/0023-05	12/01/2026 - 06:16:10	JUMPY	CITROEN	131	R\$255.000,00	R\$ 33.405.000,00	Não

### 0002 - VEÍCULO AUTOMOTOR MINIBUS COM 10+1 LUGARES - TIPO A. CNH D. CONFORME CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DESCRITAS NA FOLHA DE DADOS. (CIN32702)

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
MANUPA COMERCIO EXPORTACAO IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS E VEICULOS ADAPTADOS LTDA	03.093.776/0023-05	12/01/2026 - 06:16:59	JUMPY	CITROEN	41	R\$259.000,00	R\$ 10.619.000,00	Não
P EQUIPAMENTOS E SERVIÇO LTDA	30.105.413/0001-00	08/01/2026 - 16:11:43	PEUGEOT	psa	41	R\$400.000,00	R\$ 16.400.000,00	Sim
TAWA VEICULOS ESPECIAIS LTDA	16.850.663/0001-35	09/01/2026 - 11:53:00	CITROEN	JUMPY	41	R\$295.620,88	R\$ 12.120.456,08	Não
TCA TRANSFORMACOES VEICULARES LTDA	08.389.661/0002-43	09/01/2026 - 14:13:02	MASTER	RENAULT	41	R\$365.000,00	R\$ 14.965.000,00	Não
SANTA PAULINA STRASBOURG VEICULOS LTDA	05.210.259/0001-80	09/01/2026 - 16:27:45	EXPERT VITRE - 25/26	PEUGEOT DO BRASIL	41	R\$265.203,00	R\$ 10.873.323,00	Não
TRANSFORMAT COMERCIO E SERVICOS LTDA	32.426.859/0001-53	09/01/2026 - 16:38:47	PEUGEOT EXPERT	PEUGEOT	41	R\$490.000,00	R\$ 20.090.000,00	Não
CAMMINARE MAQUINAS E EMPREENDEIMENTOS LTDA	35.741.144/0001-83	09/01/2026 - 18:13:07	EXPERT 2.2 10+1 LUGARES	PEUGEOT	41	R\$350.000,00	R\$ 14.350.000,00	Não
DUNA PSA - COMERCIO DE VEICULOS E PECAS LTDA	55.941.529/0002-82	11/01/2026 - 14:21:18	MINIBUS 10+1 EXPERT VITRE	PEUGEOT/STELLANTIS	41	R\$285.000,00	R\$ 11.685.000,00	Não
CKS COMERCIO DE VEICULOS LTDA	30.330.883/0001-69	11/01/2026 - 19:22:52	EXPERT 10+1 PASSAGEIR OS	Peugeot	41	R\$300.000,00	R\$ 12.300.000,00	Não
NOCARVEL - NOSSA SENHORA DO CARMO VEICULOS LTDA	05.914.425/0001-20	11/01/2026 - 19:37:39	SCUDO MINIBUS 11L 2.2 TURBODIESEL	FIAT	41	R\$370.000,00	R\$ 15.170.000,00	Não
FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA	03.470.727/0041-18	12/01/2026 - 08:19:43	TRANSIT VIDRADA L3H2 MT	FORD/FORD	41	R\$430.000,00	R\$ 17.630.000,00	Não
BREITKOPF FRANCE VEICULOS LTDA	31.471.770/0002-27	11/01/2026 - 22:40:01	Jumpy	Citroen	41	R\$340.000,00	R\$ 13.940.000,00	Não
BRUNISA COMERCIO E SERVICOS PARA TRANSITO E TRANSPORTE LTDA.	20.901.717/0001-11	11/01/2026 - 22:46:26	EXPERT	PEUGEOT	41	R\$390.000,00	R\$ 15.990.000,00	Sim
ROMA CONSULTORIA PRIME LTDA	52.359.927/0001-16	12/01/2026 - 06:07:58	Jumpy Vitre	CITROEN	41	R\$500.000,00	R\$ 20.500.000,00	Não

### 0003 - VEÍCULO AUTOMOTOR MINIBUS COM NO MÍNIMO 15+1 LUGARES - TIPO A. TRAÇÃO DIANTEIRA OU TRASEIRA. CONFORME CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DESCRITAS NA FOLHA DE DADOS. (CIN32181)

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
RENOVO MOTORS LTDA	42.111.920/0001-27	08/01/2026 - 12:28:55	MASTER MINIBUS EXECUTIVE 0KM	RENAULT	69	R\$385.000,00	R\$ 26.565.000,00	Não
P EQUIPAMENTOS E SERVIÇO LTDA	30.105.413/0001-00	08/01/2026 - 16:11:43	MASTER L3	renault	69	R\$500.000,00	R\$ 34.500.000,00	Sim
TAWA VEICULOS ESPECIAIS LTDA	16.850.663/0001-35	09/01/2026 - 11:53:30	RENAULT	MASTER L3H2	69	R\$372.589,62	R\$ 25.708.683,78	Não
IVG BRASIL LTDA	36.519.422/0001-15	09/01/2026 - 13:04:29	MINIBUS 45-160 15+1	IVECO	69	R\$374.529,00	R\$ 25.842.501,00	Sim
Ingá Caminhões Ltda	23.008.729/0001-00	09/01/2026 - 13:39:10	SPRINTER MINIBUS 417 15+1	MERCEDES- BENZ	69	R\$437.500,00	R\$ 30.187.500,00	Não
TCA TRANSFORMACOES VEICULARES LTDA	08.389.661/0002-43	09/01/2026 - 14:14:09	SPRINTER	MERCEDES- BENZ	69	R\$390.000,00	R\$ 26.910.000,00	Não



MERCOSUL VEICULOS LTDA	08.298.672/0002-18	09/01/2026 - 15:30:49	HIACE DX	TOYOTA	69	R\$389.000,00	R\$ 26.841.000,00	Não
SPERANDIO DIESEL LTDA	83.296.970/0001-03	09/01/2026 - 17:10:48	K42A UP1	Mercedes Benz	69	R\$567.499,00	R\$ 39.157.431,00	Não
SANTA PAULINA STRASBOURG VEICULOS LTDA	05.210.259/0001-80	09/01/2026 - 16:30:27	PEUGEOT BOXER L3H2 - MINIBUS - 15+1=16L	PEUGEOT DO BRASIL	69	R\$319.449,00	R\$ 22.041.981,00	Não
TRANSFORMAT COMERCIO E SERVICOS LTDA	32.426.859/0001-53	09/01/2026 - 16:39:27	RENAULT MASTER L3H2	RENAULT	69	R\$480.000,00	R\$ 33.120.000,00	Não
Dva-Veiculos S.A	82.516.949/0001-03	09/01/2026 - 17:07:51	417 CDI teto alto	Mercedes-Benz	69	R\$376.000,00	R\$ 25.944.000,00	Não
CAMMINARE MAQUINAS E EMPREENDIMENTOS LTDA	35.741.144/0001-83	09/01/2026 - 18:14:09	TRANSIT 15+1 LUGARES C/ DPM	FORD	69	R\$380.000,00	R\$ 26.220.000,00	Não
SAVANA COMERCIO DE VEICULOS LTDA	24.706.364/0010-40	11/01/2026 - 09:24:36	417 SPRINTER 15+1	MERCEDES-BENZ /MERCEDES-BENZ	69	R\$420.000,00	R\$ 28.980.000,00	Não
SUL PECAS E VEICULOS LTDA	97.752.851/0004-75	11/01/2026 - 16:59:50	Ducato Minibus Luxo 15+1	FIAT/STELLANTIS	69	R\$384.570,00	R\$ 26.535.330,00	Não
CKS COMERCIO DE VEICULOS LTDA	30.330.883/0001-69	11/01/2026 - 19:23:54	MASTER L3H2 16 Passageiros	RENAULT	69	R\$400.000,00	R\$ 27.600.000,00	Não
NOCARVEL - NOSSA SENHORA DO CARMO VEICULOS LTDA	05.914.425/0001-20	11/01/2026 - 19:42:26	DUCATO MINIBUS 2.2 TURBODIESEL	FIAT	69	R\$470.000,00	R\$ 32.430.000,00	Não
TRENTINO COMERCIAL DE VEICULOS LTDA	44.257.157/0001-72	12/01/2026 - 08:08:56	DUCATO MAXICARGO 13 M Transforma da	FIAT	69	R\$394.960,00	R\$ 27.252.240,00	Não
R. BORGES VEICULOS LTDA	53.641.615/0001-63	11/01/2026 - 22:22:04	Nova Master Minibus Executive L3H2 16L	RENAULT	69	R\$410.000,00	R\$ 28.290.000,00	Não
BRUNISA COMERCIO E SERVICOS PARA TRANSITO E TRANSPORTE LTDA.	20.901.717/0001-11	11/01/2026 - 22:46:45	MASTER	RENAULT	69	R\$490.000,00	R\$ 33.810.000,00	Sim
GLOBO PLANALTO COMERCIO DE VEICULOS LTDA	83.227.421/0007-72	11/01/2026 - 23:29:54	DUCATO MINIBUS LUXO	FIAT	69	R\$387.490,00	R\$ 26.736.810,00	Não
ROMA CONSULTORIA PRIME LTDA	52.359.927/0001-16	12/01/2026 - 06:09:10	Transit L3H2 Vidrada	FORD	69	R\$600.000,00	R\$ 41.400.000,00	Não
MANUPA COMERCIO EXPORTACAO IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS E VEICULOS ADAPTADOS LTDA	03.093.776/0023-05	12/01/2026 - 06:19:14	MASTER L3H2	RENAULT	69	R\$326.000,00	R\$ 22.494.000,00	Não

**0004 - VEÍCULO AUTOMOTOR MINIBUS COM NO MÍNIMO 15+1 LUGARES - TIPO B. TRAÇÃO DIANTEIRA OU TRASEIRA. COM ACESSIBILIDADE DO TIPO POLTRONA MÓVEL. CONFORME CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DESCRITAS NA FOLHA DE DADOS. (CIN32182)**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
RENOVO MOTORS LTDA	42.111.920/0001-27	08/01/2026 - 12:30:01	MASTER MINIBUS EXECUTIVE 0KM COM	RENAULT	72	R\$395.000,00	R\$ 28.440.000,00	Não
P EQUIPAMENTOS E SERVIÇO LTDA	30.105.413/0001-00	08/01/2026 - 16:11:43	MASTER L3	renault	72	R\$600.000,00	R\$ 43.200.000,00	Sim
TAWA VEICULOS ESPECIAIS LTDA	16.850.663/0001-35	09/01/2026 - 11:54:02	MASTER L3H2	RENAULT	72	R\$376.474,14	R\$ 27.106.138,08	Não
IVG BRASIL LTDA	36.519.422/0001-15	09/01/2026 - 13:07:25	MINIBUS 45-160 15+1 COM DPM	IVECO	72	R\$391.095,00	R\$ 28.158.840,00	Sim
Ingá Caminhões Ltda	23.008.729/0001-00	09/01/2026 - 13:40:13	SPRINTER VAN MINIBUS 417 15+1 LUGARES	MERCEDES-BENZ	72	R\$462.500,00	R\$ 33.300.000,00	Não
TCA TRANSFORMACOES VEICULARES LTDA	08.389.661/0002-43	09/01/2026 - 14:15:09	SPRINTER	MERCEDES-BENZ	72	R\$410.000,00	R\$ 29.520.000,00	Não
SANTA PAULINA STRASBOURG VEICULOS LTDA	05.210.259/0001-80	09/01/2026 - 16:31:43	PEUGEOT BOXER L3H2 - FURGÃO - COM DPM	PEUGEOT DO BRASIL	72	R\$362.367,00	R\$ 26.090.424,00	Não
SPERANDIO DIESEL LTDA	83.296.970/0001-03	09/01/2026 - 16:41:44	K42A UP1	Mercedes Benz	72	R\$582.325,00	R\$ 41.927.400,00	Não
TRANSFORMAT COMERCIO E SERVICOS LTDA	32.426.859/0001-53	09/01/2026 - 16:40:13	RENAULT MASTER L3H2 + ACESS	RENAULT	72	R\$590.000,00	R\$ 42.480.000,00	Não





Dva-Veículos S.A	82.516.949/0001-03	09/01/2026 - 17:04:19	417 CDI teto alto	Mercedes-Benz	72	R\$399.000,00	R\$ 28.728.000,00	Não
CAMMINARE MAQUINAS E EMPREENDIMENTOS LTDA	35.741.144/0001-83	09/01/2026 - 18:15:56	TRANSIT 15+1 LUGARES C/ DPM	FORD	72	R\$350.000,00	R\$ 25.200.000,00	Não
SAVANA COMERCIO DE VEICULOS LTDA	24.706.364/0010-40	11/01/2026 - 09:36:25	417 SPRINTER VAN 15+1	MERCEDES-BENZ /MERCEDES-BENZ	72	R\$450.000,00	R\$ 32.400.000,00	Não
VIA PORTO VEICULOS LTDA	02.266.596/0005-25	11/01/2026 - 16:55:44	DUCATO MINIBUS COMFORT 18L 2.2 DIESEL	FIAT/STELLANTIS	72	R\$429.980,00	R\$ 30.958.560,00	Não
SUL PECAS E VEICULOS LTDA	97.752.851/0004-75	11/01/2026 - 17:00:30	Ducato Minibus Luxo 15+1 com DPM	FIAT/STELLANTIS	72	R\$398.120,00	R\$ 28.664.640,00	Não
CKS COMERCIO DE VEICULOS LTDA	30.330.883/0001-69	11/01/2026 - 19:25:12	MASTER L3H2 COM ACESSIBILIDADE DPM	RENAULT	72	R\$400.000,00	R\$ 28.800.000,00	Não
NOCARVEL - NOSSA SENHORA DO CARMO VEICULOS LTDA	05.914.425/0001-20	11/01/2026 - 19:39:18	DUCATO MINIBUS 2.2 DIESEL ACESSIBILIDA DE	FIAT	72	R\$500.000,00	R\$ 36.000.000,00	Não
TRENTINO COMERCIAL DE VEICULOS LTDA	44.257.157/0001-72	12/01/2026 - 08:09:08	DUCATO MAXICARGO 13 M Transforma da	FIAT	72	R\$408.960,00	R\$ 29.445.120,00	Não
BRUNISA COMERCIO E SERVICOS PARA TRANSITO E TRANSPORTE LTDA.	20.901.717/0001-11	11/01/2026 - 22:47:19	MASTER	RENAULT	72	R\$490.000,00	R\$ 35.280.000,00	Sim
GLOBO PLANALTO COMERCIO DE VEICULOS LTDA	83.227.421/0007-72	11/01/2026 - 23:30:31	DUCATO MINIBUS LUXO COM POLTRONA MÓVEL	FIAT	72	R\$418.490,00	R\$ 30.131.280,00	Não
ROMA CONSULTORIA PRIME LTDA	52.359.927/0001-16	12/01/2026 - 06:09:29	Transit L3H2 Vidrada	FORD	72	R\$600.000,00	R\$ 43.200.000,00	Não
MANUPA COMERCIO EXPORTACAO IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS E VEICULOS ADAPTADOS LTDA	03.093.776/0023-05	12/01/2026 - 06:18:50	MASTER L3H2	RENAULT	72	R\$353.500,00	R\$ 25.452.000,00	Não

**0005 - VEÍCULO AUTOMOTOR MINIBUS COM NO MÍNIMO 15+1 LUGARES - TIPO C. TRAÇÃO DIANTEIRA OU TRASEIRA. COM ACESSIBILIDADE DO TIPO PLATAFORMA ELEVATÓRIA BIPARTIDA LATERAL. CONFORME CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DESCRITAS NA FOLHA DE DADOS. (CIN32183)**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
RENOVO MOTORS LTDA	42.111.920/0001-27	08/01/2026 - 12:31:03	MASTER MINIBUS / 0KM COM PLATAFO	RENAULT	44	R\$405.000,00	R\$ 17.820.000,00	Não
P EQUIPAMENTOS E SERVIÇO LTDA	30.105.413/0001-00	08/01/2026 - 16:11:43	MASTER L3	renault	44	R\$600.000,00	R\$ 26.400.000,00	Sim
TAWA VEICULOS ESPECIAIS LTDA	16.850.663/0001-35	09/01/2026 - 11:54:41	SPRINTER 517	MERCEDES BENZ	44	R\$441.299,46	R\$ 19.417.176,24	Não
IVG BRASIL LTDA	36.519.422/0001-15	09/01/2026 - 13:10:04	MINIBUS 50-180 15+1 COM PEV	IVECO	44	R\$414.965,00	R\$ 18.258.460,00	Sim
Ingá Caminhões Ltda	23.008.729/0001-00	09/01/2026 - 13:41:09	SPRINTER VAN MINIBUS 417 15+1 LUGARES	MERCEDES-BENZ	44	R\$468.750,00	R\$ 20.625.000,00	Não
TCA TRANSFORMACOES VEICULARES LTDA	08.389.661/0002-43	09/01/2026 - 14:15:51	SPRINTER	MERCEDES-BENZ	44	R\$420.000,00	R\$ 18.480.000,00	Não
SANTA PAULINA STRASBOURG VEICULOS LTDA	05.210.259/0001-80	09/01/2026 - 16:32:59	PEUGEOT BOXER L3H2 - FURGÃO - PLATAFORMA	PEUGEOT DO BRASIL	44	R\$373.649,00	R\$ 16.440.556,00	Não
TRANSFORMAT COMERCIO E SERVICOS LTDA	32.426.859/0001-53	09/01/2026 - 16:41:33	RENAULT MASTER L3H2	RENAULT	44	R\$590.000,00	R\$ 25.960.000,00	Não
SPERANDIO DIESEL LTDA	83.296.970/0001-03	09/01/2026 - 16:41:48	K42A UP1	Mercedes Benz	44	R\$619.530,00	R\$ 27.259.320,00	Não
Dva-Veículos S.A	82.516.949/0001-03	09/01/2026 - 17:04:54	417 CDI TETO ALTO	Mercedes-Benz	44	R\$409.000,00	R\$ 17.996.000,00	Não
SAVANA COMERCIO DE VEICULOS LTDA	24.706.364/0010-40	11/01/2026 - 09:36:37	417 SPRINTER VAN 15+1	MERCEDES-BENZ /MERCEDES-BENZ	44	R\$460.000,00	R\$ 20.240.000,00	Não



SUL PECAS E VEICULOS LTDA	97.752.851/0004-75	11/01/2026 - 17:01:32	Ducato Minibus Luxo 15+1 com Plataforma	FIAT/STELLANTIS	44	R\$394.725,00	R\$ 17.367.900,00	Não
NOCARVEL - NOSSA SENHORA DO CARMO VEICULOS LTDA	05.914.425/0001-20	11/01/2026 - 19:40:07	DUCATO MINIBUS 2.2 TURBO ACESSIBILIDADE	FIAT	44	R\$520.000,00	R\$ 22.880.000,00	Não
TRENTINO COMERCIAL DE VEICULOS LTDA	44.257.157/0001-72	12/01/2026 - 08:09:21	DUCATO MAXICARGO 13 M Transforma da	FIAT	44	R\$405.565,00	R\$ 17.844.860,00	Não
BRUNISA COMERCIO E SERVICOS PARA TRANSITO E TRANSPORTE LTDA.	20.901.717/0001-11	11/01/2026 - 22:47:47	MASTER	RENAULT	44	R\$490.000,00	R\$ 21.560.000,00	Sim
GLOBO PLANALTO COMERCIO DE VEICULOS LTDA	83.227.421/0007-72	11/01/2026 - 23:31:14	DUCATO MINIBUS LUXO COM PLATAFORMA	FIAT	44	R\$423.490,00	R\$ 18.633.560,00	Não
ROMA CONSULTORIA PRIME LTDA	52.359.927/0001-16	12/01/2026 - 06:10:10	Transit L3H2 Vidrada	FORD	44	R\$600.000,00	R\$ 26.400.000,00	Não
MANUPA COMERCIO EXPORTACAO IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS E VEICULOS ADAPTADOS LTDA	03.093.776/0023-05	12/01/2026 - 06:19:57	MASTER L3H2	RENAULT	44	R\$358.000,00	R\$ 15.752.000,00	Não

**0006 - VEÍCULO AUTOMOTOR MINIBUS COM NO MÍNIMO 15+1 LUGARES - TIPO D. TRAÇÃO TRASEIRA. CONFORME CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DESCRITAS NA FOLHA DE DADOS. (CIN32184)**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
RENOVO MOTORS LTDA	42.111.920/0001-27	08/01/2026 - 12:31:56	SPRINTER VAN 417 CDI 0KM	MERCEDES-BENZ	42	R\$460.000,00	R\$ 19.320.000,00	Não
P EQUIPAMENTOS E SERVIÇO LTDA	30.105.413/0001-00	08/01/2026 - 16:11:43	FORD L4	transit	42	R\$600.000,00	R\$ 25.200.000,00	Sim
TAWA VEICULOS ESPECIAIS LTDA	16.850.663/0001-35	09/01/2026 - 11:56:16	SPRINTER 417	MERCEDES BENZ	42	R\$382.972,55	R\$ 16.084.847,10	Não
IVG BRASIL LTDA	36.519.422/0001-15	09/01/2026 - 13:12:05	MINIBUS 45-160 15+1	IVECO	42	R\$374.185,00	R\$ 15.715.770,00	Sim
Ingá Caminhões Ltda	23.008.729/0001-00	09/01/2026 - 13:42:30	SPRINTER VAN MINIBUS 417 15+1 LUGARES	MERCEDES-BENZ	42	R\$437.500,00	R\$ 18.375.000,00	Não
TCA TRANSFORMACOES VEICULARES LTDA	08.389.661/0002-43	09/01/2026 - 14:16:36	SPRINTER	MERCEDES-BENZ	42	R\$430.000,00	R\$ 18.060.000,00	Não
MERCOSUL VEICULOS LTDA	08.298.672/0002-18	09/01/2026 - 15:31:27	HIACE DX	TOYOTA	42	R\$389.000,00	R\$ 16.338.000,00	Não
TRANSFORMAT COMERCIO E SERVICOS LTDA	32.426.859/0001-53	09/01/2026 - 16:42:24	MERCEDES-BENZ SPRINTER 417 15+1	MERCEDES-BENZ	42	R\$590.000,00	R\$ 24.780.000,00	Não
SPERANDIO DIESEL LTDA	83.296.970/0001-03	09/01/2026 - 16:42:52	K42A UP1	Mercedes Benz	42	R\$567.449,00	R\$ 23.832.858,00	Não
Dva-Veiculos S.A	82.516.949/0001-03	09/01/2026 - 17:05:27	417 CDI TETO ALTO	Mercedes-Benz	42	R\$376.000,00	R\$ 15.792.000,00	Não
MALLON CONCESSIONARIA DE VEICULOS COMERCIAIS LTDA	81.648.115/0007-84	09/01/2026 - 17:46:50	Sprinter 417 CDI 4x2 15+1 lugares	MERCEDES-BENZ	42	R\$370.000,00	R\$ 15.540.000,00	Não
CAMMINARE MAQUINAS E EMPREENDIMENTOS LTDA	35.741.144/0001-83	09/01/2026 - 18:17:01	TRANSIT 15+1 LUGARES C/ DPM	FORD	42	R\$380.000,00	R\$ 15.960.000,00	Não
SAVANA COMERCIO DE VEICULOS LTDA	24.706.364/0010-40	11/01/2026 - 09:36:46	417 SPRINTER VAN 15+1	MERCEDES-BENZ /MERCEDES-BENZ	42	R\$420.000,00	R\$ 17.640.000,00	Não
CKS COMERCIO DE VEICULOS LTDA	30.330.883/0001-69	11/01/2026 - 19:26:34	Transit L3H2 MINIBUS 16 Passageiros	FORD	42	R\$400.000,00	R\$ 16.800.000,00	Não
BRUNISA COMERCIO E SERVICOS PARA TRANSITO E TRANSPORTE LTDA.	20.901.717/0001-11	11/01/2026 - 22:49:02	SPRINTER	MERCEDES BENZ	42	R\$490.000,00	R\$ 20.580.000,00	Sim
ROMA CONSULTORIA PRIME LTDA	52.359.927/0001-16	12/01/2026 - 06:11:37	TRANSIT L3H3 VIDRADA	FORD	42	R\$600.000,00	R\$ 25.200.000,00	Não
MANUPA COMERCIO EXPORTACAO IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS E VEICULOS ADAPTADOS LTDA	03.093.776/0023-05	12/01/2026 - 06:20:46	VETRATO 45-160	IVECO	42	R\$376.500,00	R\$ 15.813.000,00	Não



**0007 - VEÍCULO AUTOMOTOR MINIBUS COM NO MÍNIMO 15+1 LUGARES - TIPO E. TRACÇÃO TRASEIRA. COM ACESSIBILIDADE DO TIPO POLTRONA MÓVEL. CONFORME CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DESCRITAS NA FOLHA DE DADOS. (CIN32185)**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
RENOVO MOTORS LTDA	42.111.920/0001-27	08/01/2026 - 12:33:02	SPRINTER VAN 417 CDI 0KM COM DPM	MERCEDES-BENZ	27	R\$480.000,00	R\$ 12.960.000,00	Não
P EQUIPAMENTOS E SERVIÇO LTDA	30.105.413/0001-00	08/01/2026 - 16:11:43	FORD L4	transit	27	R\$750.000,00	R\$ 20.250.000,00	Sim
TAWA VEICULOS ESPECIAIS LTDA	16.850.663/0001-35	09/01/2026 - 11:57:49	SPRINTER 417	MERCEDES BENZ	27	R\$396.091,85	R\$ 10.694.479,95	Não
IVG BRASIL LTDA	36.519.422/0001-15	09/01/2026 - 13:13:29	MINIBUS 45-160 15+1 COM DPM	IVECO	27	R\$391.166,00	R\$ 10.561.482,00	Sim
Ingá Caminhões Ltda	23.008.729/0001-00	09/01/2026 - 13:43:15	SPRINTER VAN MINIBUS 417 15+1 LUGARES	MERCEDES-BENZ	27	R\$462.500,00	R\$ 12.487.500,00	Não
TCA TRANSFORMACOES VEICULARES LTDA	08.389.661/0002-43	09/01/2026 - 14:17:16	SPRINTER	MERCEDES-BENZ	27	R\$465.000,00	R\$ 12.555.000,00	Não
TRANSFORMAT COMERCIO E SERVICOS LTDA	32.426.859/0001-53	09/01/2026 - 16:43:04	MERCEDES-BENZ SPRINTER 417	MERCEDES-BENZ	27	R\$600.000,00	R\$ 16.200.000,00	Não
SPERANDIO DIESEL LTDA	83.296.970/0001-03	09/01/2026 - 16:43:35	K42A UP1	Mercedes Benz	27	R\$602.325,00	R\$ 16.262.775,00	Não
Dva-Veículos S.A	82.516.949/0001-03	09/01/2026 - 17:06:05	417 CDI TETO ALTO	Mercedes-Benz	27	R\$399.000,00	R\$ 10.773.000,00	Não
MALLON CONCESSIONARIA DE VEICULOS COMERCIAIS LTDA	81.648.115/0007-84	09/01/2026 - 17:48:39	Sprinter 417 CDI 4x2 15+1 ligares c/ DPM	MERCEDES-BENZ	27	R\$384.000,00	R\$ 10.368.000,00	Não
CAMMINARE MAQUINAS E EMPREENDIMENTOS LTDA	35.741.144/0001-83	09/01/2026 - 18:17:58	TRANSIT 15+1 LUGARES C/ DPM	FORD	27	R\$380.000,00	R\$ 10.260.000,00	Não
SAVANA COMERCIO DE VEICULOS LTDA	24.706.364/0010-40	11/01/2026 - 09:36:56	417 SPRINTER VAN 15+1	MERCEDES-BENZ /MERCEDES-BENZ	27	R\$450.000,00	R\$ 12.150.000,00	Não
CKS COMERCIO DE VEICULOS LTDA	30.330.883/0001-69	11/01/2026 - 19:27:35	Transit L3H2 com acessibilidade - DPM	FORD	27	R\$400.000,00	R\$ 10.800.000,00	Não
BRUNISA COMERCIO E SERVICOS PARA TRANSITO E TRANSPORTE LTDA.	20.901.717/0001-11	11/01/2026 - 22:49:23	SPRINTER	MERCEDES BENZ	27	R\$590.000,00	R\$ 15.930.000,00	Sim
ROMA CONSULTORIA PRIME LTDA	52.359.927/0001-16	12/01/2026 - 06:11:56	Transit L3H2 Vidrada	FORD	27	R\$600.000,00	R\$ 16.200.000,00	Não
MANUPA COMERCIO EXPORTACAO IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS E VEICULOS ADAPTADOS LTDA	03.093.776/0023-05	12/01/2026 - 06:21:39	VETRATO 45-160	IVECO	27	R\$399.000,00	R\$ 10.773.000,00	Não

**0008 - VEÍCULO AUTOMOTOR MINIBUS COM NO MÍNIMO 15+1 LUGARES - TIPO F. TRACÇÃO TRASEIRA. COM ACESSIBILIDADE DO TIPO PLATAFORMA ELEVATÓRIA BIPARTIDA LATERAL. CONFORME CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DESCRITAS NA FOLHA DE DADOS. (CIN32186)**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
RENOVO MOTORS LTDA	42.111.920/0001-27	08/01/2026 - 12:33:52	SPRINTER VAN 417 CDI 0KM COM 22 PLATAFO	MERCEDES-BENZ	18	R\$490.000,00	R\$ 8.820.000,00	Não
P EQUIPAMENTOS E SERVIÇO LTDA	30.105.413/0001-00	08/01/2026 - 16:11:43	FORD L4	transit	18	R\$750.000,00	R\$ 13.500.000,00	Sim
TAWA VEICULOS ESPECIAIS LTDA	16.850.663/0001-35	09/01/2026 - 11:58:26	SPRINTER 517	MERCEDES BENZ	18	R\$437.101,90	R\$ 7.867.834,20	Não
IVG BRASIL LTDA	36.519.422/0001-15	09/01/2026 - 13:15:52	MINIBUS 50-180 15+1 COM PEV	IVECO	18	R\$415.250,00	R\$ 7.474.500,00	Sim
Ingá Caminhões Ltda	23.008.729/0001-00	09/01/2026 - 13:43:51	SPRINTER VAN MINIBUS 417 15+1 LUGARES	MERCEDES-BENZ	18	R\$468.750,00	R\$ 8.437.500,00	Não
TCA TRANSFORMACOES VEICULARES LTDA	08.389.661/0002-43	09/01/2026 - 14:18:05	SPRINTER	MERCEDES-BENZ	18	R\$470.000,00	R\$ 8.460.000,00	Não



TRANSFORMAT COMERCIO E SERVICOS LTDA	32.426.859/0001-53	09/01/2026 - 16:43:50	MERCEDES-BENZ SPRINTER 417	MERCEDES-BENZ	18	R\$630.000,00	R\$ 11.340.000,00	Não
SPERANDIO DIESEL LTDA	83.296.970/0001-03	09/01/2026 - 16:44:45	K42A UP1	Mercedes Benz	18	R\$619.530,00	R\$ 11.151.540,00	Não
Dva-Veículos S.A	82.516.949/0001-03	09/01/2026 - 17:06:36	417 CDI TETO ALTO	Mercedes-Benz	18	R\$409.000,00	R\$ 7.362.000,00	Não
MALLON CONCESSIONARIA DE VEICULOS COMERCIAIS LTDA	81.648.115/0007-84	09/01/2026 - 17:51:03	Sprinter 417 CDI 15+1 c/ plat. elevatori	MERCEDES-BENZ	18	R\$385.000,00	R\$ 6.930.000,00	Não
CAMMINARE MAQUINAS E EMPREENDIMENTOS LTDA	35.741.144/0001-83	09/01/2026 - 18:19:01	TRANSIT 15+1 LUGARES C/ ACESSIBILID ADE	FORD	18	R\$390.000,00	R\$ 7.020.000,00	Não
SAVANA COMERCIO DE VEICULOS LTDA	24.706.364/0010-40	11/01/2026 - 09:37:03	417 SPRINTER VAN 15+1	MERCEDES-BENZ /MERCEDES-BENZ	18	R\$460.000,00	R\$ 8.280.000,00	Não
BRUNISA COMERCIO E SERVICOS PARA TRANSITO E TRANSPORTE LTDA.	20.901.717/0001-11	11/01/2026 - 22:49:42	SPRINTER	MERCEDES BENZ	18	R\$590.000,00	R\$ 10.620.000,00	Sim
ROMA CONSULTORIA PRIME LTDA	52.359.927/0001-16	12/01/2026 - 06:12:37	Transit L3H2 Vidrada	FORD	18	R\$600.000,00	R\$ 10.800.000,00	Não
MANUPA COMERCIO EXPORTACAO DE EQUIPAMENTOS E VEICULOS ADAPTADOS LTDA	03.093.776/0023-05	12/01/2026 - 06:22:31	VETRATO 45-160	IVECO	18	R\$407.000,00	R\$ 7.326.000,00	Não

**0009 - VEÍCULO AUTOMOTOR MINIBUS COM NO MÍNIMO 17+1 LUGARES - TIPO A. TRACÇÃO DIANTEIRA OU TRASEIRA. CONFORME CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DESCRITAS NA FOLHA DE DADOS. (CIN32187)**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
P EQUIPAMENTOS E SERVIÇO LTDA	30.105.413/0001-00	08/01/2026 - 16:11:43	FORD L4	transit	71	R\$600.000,00	R\$ 42.600.000,00	Sim
TAWA VEICULOS ESPECIAIS LTDA	16.850.663/0001-35	09/01/2026 - 11:58:55	TRANSIT L4H3	FORD	71	R\$381.329,30	R\$ 27.074.380,30	Não
IVG BRASIL LTDA	36.519.422/0001-15	09/01/2026 - 13:16:59	MINIBUS 50-180 17+1	IVECO	71	R\$401.573,00	R\$ 28.511.683,00	Sim
Ingá Caminhões Ltda	23.008.729/0001-00	09/01/2026 - 13:45:06	SPRINTER VAN MINIBUS 517 17+1 LUGARES	MERCEDES-BENZ	71	R\$456.250,00	R\$ 32.393.750,00	Não
TCA TRANSFORMACOES VEICULARES LTDA	08.389.661/0002-43	09/01/2026 - 14:18:45	SPRINTER	MERCEDES-BENZ	71	R\$445.000,00	R\$ 31.595.000,00	Não
SANTA PAULINA STRASBOURG VEICULOS LTDA	05.210.259/0001-80	09/01/2026 - 16:34:49	PEUGEOT BOXER L3H2 - MINIBUS - 17+1=18L	PEUGEOT DO BRASIL	71	R\$312.385,00	R\$ 22.179.335,00	Não
TRANSFORMAT COMERCIO E SERVICOS LTDA	32.426.859/0001-53	09/01/2026 - 16:44:34	MERCEDES-BENZ SPRINTER 517 17+1	MERCEDES-BENZ	71	R\$690.000,00	R\$ 48.990.000,00	Não
SPERANDIO DIESEL LTDA	83.296.970/0001-03	09/01/2026 - 16:48:32	K53A UP1	Mercedes Benz	71	R\$596.956,00	R\$ 42.383.876,00	Não
Dva-Veículos S.A	82.516.949/0001-03	09/01/2026 - 17:07:06	517 CDI TETO ALTO	Mercedes-Benz	71	R\$395.000,00	R\$ 28.045.000,00	Não
SAVANA COMERCIO DE VEICULOS LTDA	24.706.364/0010-40	11/01/2026 - 09:37:09	517 SPRINTER VAN 17+1	MERCEDES-BENZ /MERCEDES-BENZ	71	R\$470.000,00	R\$ 33.370.000,00	Não
SUL PECAS E VEICULOS LTDA	97.752.851/0004-75	11/01/2026 - 17:03:22	Ducato Minibus Comfort 17+1	FIAT/STELLANTIS	71	R\$396.850,00	R\$ 28.176.350,00	Não
CKS COMERCIO DE VEICULOS LTDA	30.330.883/0001-69	11/01/2026 - 19:28:58	TRANSIT L4H3 17+1 PASSAGEIROS	FORD	71	R\$400.000,00	R\$ 28.400.000,00	Não
NOCARVEL - NOSSA SENHORA DO CARMO VEICULOS LTDA	05.914.425/0001-20	11/01/2026 - 19:42:03	DUCATO MINIBUS 2.2 TURBODIESEL	FIAT	71	R\$470.000,00	R\$ 33.370.000,00	Não
TRENTINO COMERCIAL DE VEICULOS LTDA	44.257.157/0001-72	12/01/2026 - 08:10:40	DUCATO MINIBUS TRANSFORMADA	FIAT	71	R\$397.690,00	R\$ 28.235.990,00	Não
FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA	03.470.727/0041-18	11/01/2026 - 22:20:56	TRANSIT MINIBUS 17+1 MT	FORD/FORD	71	R\$430.000,00	R\$ 30.530.000,00	Não
GLOBO PLANALTO COMERCIO DE VEICULOS LTDA	83.227.421/0007-72	11/01/2026 - 23:31:45	DUCATO MINIBUS COMFORT	FIAT	71	R\$394.700,00	R\$ 28.023.700,00	Não



ROMA CONSULTORIA PRIME LTDA	52.359.927/0001-16	12/01/2026 - 06:13:43	Ford Transit L4H3 17+1	FORD	71	R\$650.000,00	R\$ 46.150.000,00	Não
MANUPA COMERCIO EXPORTACAO IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS E VEICULOS ADAPTADOS LTDA	03.093.776/0023-05	12/01/2026 - 06:23:29	MASTER L3H2	RENAULT	71	R\$339.000,00	R\$ 24.069.000,00	Não

**0010 - VEÍCULO AUTOMOTOR MINIBUS COM NO MÍNIMO 17+1 LUGARES - TIPO B. TRACÇÃO DIANTEIRA OU TRASEIRA. COM ACESSIBILIDADE DO TIPO POLTRONA MÓVEL. CONFORME CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DESCRITAS NA FOLHA DE DADOS. (CIN32188)**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
P EQUIPAMENTOS E SERVIÇO LTDA	30.105.413/0001-00	08/01/2026 - 16:11:43	FORD L4	transit	45	R\$750.000,00	R\$ 33.750.000,00	Sim
TAWA VEICULOS ESPECIAIS LTDA	16.850.663/0001-35	09/01/2026 - 12:03:54	TRANSIT L4H3	FORD	45	R\$400.793,98	R\$ 18.035.729,10	Não
IVG BRASIL LTDA	36.519.422/0001-15	09/01/2026 - 13:22:26	MINIBUS 50-180 17+1 COM DPM	IVECO	45	R\$418.502,00	R\$ 18.832.590,00	Sim
Ingá Caminhões Ltda	23.008.729/0001-00	09/01/2026 - 13:45:35	SPRINTER VAN MINIBUS 517 17+1 LUGARES	MERCEDES-BENZ	45	R\$481.250,00	R\$ 21.656.250,00	Não
TCA TRANSFORMACOES VEICULARES LTDA	08.389.661/0002-43	09/01/2026 - 14:19:31	SPRINTER	MERCEDES-BENZ	45	R\$475.000,00	R\$ 21.375.000,00	Não
SANTA PAULINA STRASBOURG VEICULOS LTDA	05.210.259/0001-80	09/01/2026 - 16:36:05	PEUGEOT BOXER L3H2 - FURGÃO - COM DPM	PEUGEOT DO BRASIL	45	R\$380.165,00	R\$ 17.107.425,00	Não
TRANSFORMAT COMERCIO E SERVICOS LTDA	32.426.859/0001-53	09/01/2026 - 16:45:28	MERCEDES-BENZ SPRINTR 517	MERCEDES-BENZ	45	R\$750.000,00	R\$ 33.750.000,00	Não
SPERANDIO DIESEL LTDA	83.296.970/0001-03	09/01/2026 - 16:49:11	K53A UP1	Mercedes Benz	45	R\$631.831,00	R\$ 28.432.395,00	Não
Dva-Veiculos S.A	82.516.949/0001-03	09/01/2026 - 17:07:55	517 CDI TETO ALTO	Mercedes-Benz	45	R\$417.200,00	R\$ 18.774.000,00	Não
CAMMINARE MAQUINAS E EMPREENDIMENTOS LTDA	35.741.144/0001-83	09/01/2026 - 18:20:51	TRANSIT L4H3 17+1 LUGARES COM ACESSIBIL	FORD	45	R\$450.000,00	R\$ 20.250.000,00	Não
SAVANA COMERCIO DE VEICULOS LTDA	24.706.364/0010-40	11/01/2026 - 09:37:15	517 SPRINTER VAN 17+1	MERCEDES-BENZ /MERCEDES-BENZ	45	R\$490.000,00	R\$ 22.050.000,00	Não
VIA PORTO VEICULOS LTDA	02.266.596/0005-25	11/01/2026 - 17:00:02	DUCATO MINIBUS COMFORT 18L 2.2 DIESEL	FIAT/STELLANTIS	45	R\$429.980,00	R\$ 19.349.100,00	Não
SUL PECAS E VEICULOS LTDA	97.752.851/0004-75	11/01/2026 - 17:03:50	Ducato Minibus Comfort 17+1 com DPM	FIAT/STELLANTIS	45	R\$401.850,00	R\$ 18.083.250,00	Não
CKS COMERCIO DE VEICULOS LTDA	30.330.883/0001-69	11/01/2026 - 19:30:07	TRANSIT L4H3 COM ACESSIBILIDADE DPM	FORD	45	R\$400.000,00	R\$ 18.000.000,00	Não
NOCARVEL - NOSSA SENHORA DO CARMO VEICULOS LTDA	05.914.425/0001-20	11/01/2026 - 19:41:31	DUCATO MINIBUS 2.2 TURBOACESSIBILID ADE	FIAT	45	R\$500.000,00	R\$ 22.500.000,00	Não
TRENTINO COMERCIAL DE VEICULOS LTDA	44.257.157/0001-72	12/01/2026 - 08:10:57	DUCATO MINIBUS TRANSFORMADA	FIAT	45	R\$411.690,00	R\$ 18.526.050,00	Não
FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA	03.470.727/0041-18	11/01/2026 - 22:24:38	TRANSIT MINIBUS 17+1 MT	FORD/FORD	45	R\$430.000,00	R\$ 19.350.000,00	Não
GLOBO PLANALTO COMERCIO DE VEICULOS LTDA	83.227.421/0007-72	11/01/2026 - 23:32:31	DUCATO MINIBUS COMFORT COM POLTRONA MÓVE	FIAT	45	R\$424.200,00	R\$ 19.089.000,00	Não
ROMA CONSULTORIA PRIME LTDA	52.359.927/0001-16	12/01/2026 - 06:14:09	Ford Transit L4H3 17+1	FORD	45	R\$650.000,00	R\$ 29.250.000,00	Não
MANUPA COMERCIO EXPORTACAO IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS E VEICULOS ADAPTADOS LTDA	03.093.776/0023-05	12/01/2026 - 06:24:10	MASTER L3H2	RENAULT	45	R\$359.000,00	R\$ 16.155.000,00	Não



**0011 - VEÍCULO AUTOMOTOR MINIBUS COM NO MÍNIMO 17+1 LUGARES - TIPO C. TRAÇÃO DIANTEIRA OU TRASEIRA. COM ACESSIBILIDADE DO TIPO PLATAFORMA ELEVATÓRIA BIPARTIDA LATERAL. CONFORME CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DESCRITAS NA FOLHA DE DADOS. (CIN32189)**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
P EQUIPAMENTOS E SERVIÇO LTDA	30.105.413/0001-00	08/01/2026 - 16:11:43	FORD L4	transit	51	R\$750.000,00	R\$ 38.250.000,00	Sim
TAWA VEICULOS ESPECIAIS LTDA	16.850.663/0001-35	09/01/2026 - 12:05:45	TRANSIT L4H3	FORD	51	R\$500.000,00	R\$ 25.500.000,00	Não
Ingá Caminhões Ltda	23.008.729/0001-00	09/01/2026 - 13:47:31	SPRINTER VAN MINIBUS 517 17+1 LUGARES	MERCEDES-BENZ	51	R\$487.500,00	R\$ 24.862.500,00	Não
TCA TRANSFORMACOES VEICULARES LTDA	08.389.661/0002-43	09/01/2026 - 14:20:52	SPRINTER	MERCEDES-BENZ	51	R\$485.000,00	R\$ 24.735.000,00	Não
SANTA PAULINA STRASBOURG VEICULOS LTDA	05.210.259/0001-80	09/01/2026 - 16:40:59	PEUGEOT BOXER L3H2 - FURGÃO - PLATAFORMA	PEUGEOT DO BRASIL	51	R\$378.005,00	R\$ 19.278.255,00	Não
TRANSFORMAT COMERCIO E SERVICOS LTDA	32.426.859/0001-53	09/01/2026 - 16:46:38	MERCEDES-BENZ SPRINTR 517	MERCEDES-BENZ	51	R\$700.000,00	R\$ 35.700.000,00	Não
SPERANDIO DIESEL LTDA	83.296.970/0001-03	09/01/2026 - 16:58:01	K53A UP1	Mercedes Benz	51	R\$649.037,00	R\$ 33.100.887,00	Não
Dva-Veículos S.A	82.516.949/0001-03	09/01/2026 - 17:08:37	517 CDI TETO ALTO	Mercedes-Benz	51	R\$427.800,00	R\$ 21.817.800,00	Não
CAMMINARE MAQUINAS E EMPREENDIMENTOS LTDA	35.741.144/0001-83	09/01/2026 - 18:22:25	TRANSIT L4H3 17+1 COM PLATAFORMA ELEVATÓ	FORD	51	R\$450.000,00	R\$ 22.950.000,00	Não
SAVANA COMERCIO DE VEICULOS LTDA	24.706.364/0010-40	11/01/2026 - 09:38:35	517 SPRINTER VAN 17+1	MERCEDES-BENZ /MERCEDES-BENZ	51	R\$498.000,00	R\$ 25.398.000,00	Não
SUL PECAS E VEICULOS LTDA	97.752.851/0004-75	11/01/2026 - 17:05:39	Ducato Minibus Comfort 17+1 com Platafor	FIAT/STELLANTIS	51	R\$398.820,00	R\$ 20.339.820,00	Não
NOCARVEL - NOSSA SENHORA DO CARMO VEICULOS LTDA	05.914.425/0001-20	11/01/2026 - 19:43:49	DUCATO MINIBUS 2.2 TURBO ACESSIBILI DAE	FIAT	51	R\$540.000,00	R\$ 27.540.000,00	Não
TRENTINO COMERCIAL DE VEICULOS LTDA	44.257.157/0001-72	12/01/2026 - 08:11:15	DUCATO MINIBUS TRANSFORMADA	FIAT	51	R\$409.660,00	R\$ 20.892.660,00	Não
GLOBO PLANALTO COMERCIO DE VEICULOS LTDA	83.227.421/0007-72	11/01/2026 - 23:33:15	DUCATO MINIBUS COMFORT COM PLATAFORMA EL	FIAT	51	R\$429.300,00	R\$ 21.894.300,00	Não
MANUPA COMERCIO EXPORTACAO IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS E VEICULOS ADAPTADOS LTDA	03.093.776/0023-05	12/01/2026 - 06:25:03	MASTER L3H2	RENAULT	51	R\$361.000,00	R\$ 18.411.000,00	Não

**0012 - VEÍCULO AUTOMOTOR MINIBUS COM NO MÍNIMO 17+1 LUGARES - TIPO D. TRAÇÃO TRASEIRA. CONFORME CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DESCRITAS NA FOLHA DE DADOS. (CIN32190)**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
P EQUIPAMENTOS E SERVIÇO LTDA	30.105.413/0001-00	08/01/2026 - 16:11:43	FORD L4	transit	32	R\$750.000,00	R\$ 24.000.000,00	Sim
TAWA VEICULOS ESPECIAIS LTDA	16.850.663/0001-35	09/01/2026 - 12:06:13	TRANSIT L4H3	FORD	32	R\$381.329,00	R\$ 12.202.528,00	Não
IVG BRASIL LTDA	36.519.422/0001-15	09/01/2026 - 13:25:03	MINIBUS 50-180 17+1	IVECO	32	R\$401.671,00	R\$ 12.853.472,00	Sim
Ingá Caminhões Ltda	23.008.729/0001-00	09/01/2026 - 13:48:04	SPRINTER VAN MINIBUS 517 17+1 LUGARES	MERCEDES-BENZ	32	R\$456.250,00	R\$ 14.600.000,00	Não
TCA TRANSFORMACOES VEICULARES LTDA	08.389.661/0002-43	09/01/2026 - 14:21:25	SPRINTER	MERCEDES-BENZ	32	R\$460.000,00	R\$ 14.720.000,00	Não
TRANSFORMAT COMERCIO E SERVICOS LTDA	32.426.859/0001-53	09/01/2026 - 16:47:24	MERCEDES-BENZ SPRINTR 517	MERCEDES-BENZ	32	R\$720.000,00	R\$ 23.040.000,00	Não
SPERANDIO DIESEL LTDA	83.296.970/0001-03	09/01/2026 - 16:57:42	K53A UP1	Mercedes Benz	32	R\$596.956,00	R\$ 19.102.592,00	Não
Dva-Veículos S.A	82.516.949/0001-03	09/01/2026 - 17:09:08	517 CDI TETO ALTO	Mercedes-Benz	32	R\$394.600,00	R\$ 12.627.200,00	Não





MALLON CONCESSIONARIA DE VEICULOS COMERCIAIS LTDA	81.648.115/0007-84	09/01/2026 - 17:52:39	Mercedes-Benz Sprinter 517 CDI 4x2 17+1	MERCEDES-BENZ	32	R\$388.000,00	R\$ 12.416.000,00	Não
SAVANA COMERCIO DE VEICULOS LTDA	24.706.364/0010-40	11/01/2026 - 09:39:57	517 SPRINTER VAN 17+1	MERCEDES-BENZ /MERCEDES-BENZ	32	R\$470.000,00	R\$ 15.040.000,00	Não
CKS COMERCIO DE VEICULOS LTDA	30.330.883/0001-69	11/01/2026 - 19:31:27	TRANSIT L4H3 17+1 PASSAGEIROS	FORD	32	R\$400.000,00	R\$ 12.800.000,00	Não
FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA	03.470.727/0041-18	11/01/2026 - 22:51:42	TRANSIT MINIBUS 17+1 MT	FORD/FORD	32	R\$500.000,00	R\$ 16.000.000,00	Não
ROMA CONSULTORIA PRIME LTDA	52.359.927/0001-16	12/01/2026 - 06:16:24	Ford Transit L4H3 Vidrada	FORD	32	R\$650.000,00	R\$ 20.800.000,00	Não
MANUPA COMERCIO EXPORTACAO IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS E VEICULOS ADAPTADOS LTDA	03.093.776/0023-05	12/01/2026 - 06:25:55	VETRATO 50-180	IVECO	32	R\$415.000,00	R\$ 13.280.000,00	Não

**0013 - VEÍCULO AUTOMOTOR MINIBUS COM NO MÍNIMO 17+1 LUGARES - TIPO E. TRAÇÃO TRASEIRA. COM ACESSIBILIDADE DO TIPO POLTRONA MÓVEL. CONFORME CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DESCRITAS NA FOLHA DE DADOS. (CIN32191)**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
P EQUIPAMENTOS E SERVIÇO LTDA	30.105.413/0001-00	08/01/2026 - 16:11:43	FORD L4	transit	19	R\$750.000,00	R\$ 14.250.000,00	Sim
TAWA VEICULOS ESPECIAIS LTDA	16.850.663/0001-35	09/01/2026 - 12:07:27	FORD	TRANSIT L4H3	19	R\$399.637,45	R\$ 7.593.111,55	Não
IVG BRASIL LTDA	36.519.422/0001-15	09/01/2026 - 13:27:15	MINIBUS 50-180 17+1 COM DPM	IVECO	19	R\$418.679,00	R\$ 7.954.901,00	Sim
Ingá Caminhões Ltda	23.008.729/0001-00	09/01/2026 - 13:48:38	SPRINTER VAN MINIBUS 517 17+1 LUGARES	MERCEDES-BENZ	19	R\$485.000,00	R\$ 9.215.000,00	Não
TCA TRANSFORMACOES VEICULARES LTDA	08.389.661/0002-43	09/01/2026 - 14:22:04	SPRINTER	MERCEDES-BENZ	19	R\$490.000,00	R\$ 9.310.000,00	Não
TRANSFORMAT COMERCIO E SERVICOS LTDA	32.426.859/0001-53	09/01/2026 - 16:49:25	MERCEDES SPRINT ER	MERCEDES-BENZ	19	R\$750.000,00	R\$ 14.250.000,00	Não
SPERANDIO DIESEL LTDA	83.296.970/0001-03	09/01/2026 - 16:51:35	K53A UP1	Mercedes Benz	19	R\$631.831,00	R\$ 12.004.789,00	Não
Dva-Veículos S.A	82.516.949/0001-03	09/01/2026 - 17:09:38	517 CDI TETO ALTO	Mercedes-Benz	19	R\$417.200,00	R\$ 7.926.800,00	Não
MALLON CONCESSIONARIA DE VEICULOS COMERCIAIS LTDA	81.648.115/0007-84	09/01/2026 - 17:54:06	Sprinter 517 CDI 4x2 17+1 com DPM	MERCEDES-BENZ	19	R\$404.000,00	R\$ 7.676.000,00	Não
SAVANA COMERCIO DE VEICULOS LTDA	24.706.364/0010-40	11/01/2026 - 09:40:56	517 SPRINTER VAN 17+1	MERCEDES-BENZ /MERCEDES-BENZ	19	R\$490.000,00	R\$ 9.310.000,00	Não
CKS COMERCIO DE VEICULOS LTDA	30.330.883/0001-69	11/01/2026 - 19:33:14	TRANSIT L4H3 COM ACESSIBILIDADE DPM	FORD	19	R\$400.000,00	R\$ 7.600.000,00	Não
FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA	03.470.727/0041-18	11/01/2026 - 22:52:51	TRANSIT MINIBUS 17+1 MT	FORD/FORD	19	R\$500.000,00	R\$ 9.500.000,00	Não
ROMA CONSULTORIA PRIME LTDA	52.359.927/0001-16	12/01/2026 - 06:17:06	Transit L4H3 17+1	FORD	19	R\$650.000,00	R\$ 12.350.000,00	Não
MANUPA COMERCIO EXPORTACAO IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS E VEICULOS ADAPTADOS LTDA	03.093.776/0023-05	12/01/2026 - 08:56:27	VETRATO 50-180	IVECO	19	R\$438.000,00	R\$ 8.322.000,00	Não

**0014 - VEÍCULO AUTOMOTOR MINIBUS COM NO MÍNIMO 17+1 LUGARES - TIPO F. TRAÇÃO TRASEIRA. COM ACESSIBILIDADE DO TIPO PLATAFORMA ELEVATÓRIA BIPARTIDA LATERAL. CONFORME CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DESCRITAS NA FOLHA DE DADOS. (CIN32192)**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
P EQUIPAMENTOS E SERVIÇO LTDA	30.105.413/0001-00	08/01/2026 - 16:11:43	FORD L4	transit	17	R\$750.000,00	R\$ 12.750.000,00	Sim



Ingá Caminhões Ltda	23.008.729/0001-00	09/01/2026 - 13:49:08	SPRINTER VAN MINIBUS 517 17+1 LUGARES	MERCEDES-BENZ	17	R\$488.000,00	R\$ 8.296.000,00	Não
TCA TRANSFORMACOES VEICULARES LTDA	08.389.661/0002-43	09/01/2026 - 14:22:50	SPRINTER	MERCEDES-BENZ	17	R\$495.000,00	R\$ 8.415.000,00	Não
TRANSFORMAT COMERCIO E SERVICOS LTDA	32.426.859/0001-53	09/01/2026 - 16:50:28	MERCEDES SPRINT ER	MERCEDES-BENZ	17	R\$750.000,00	R\$ 12.750.000,00	Não
SPERANDIO DIESEL LTDA	83.296.970/0001-03	09/01/2026 - 16:57:21	K53A UP1	Mercedes Benz	17	R\$649.037,00	R\$ 11.033.629,00	Não
Dva-Veículos S.A	82.516.949/0001-03	09/01/2026 - 17:10:06	517 CDI TETO ALTO	Mercedes-Benz	17	R\$427.800,00	R\$ 7.272.600,00	Não
MALLON CONCESSIONARIA DE VEICULOS COMERCIAIS LTDA	81.648.115/0007-84	09/01/2026 - 17:55:24	Sprinter 517 CDI 4x2 17+1 c/ Plataforma	MERCEDES-BENZ	17	R\$405.000,00	R\$ 6.885.000,00	Não
SAVANA COMERCIO DE VEICULOS LTDA	24.706.364/0010-40	11/01/2026 - 09:41:55	517 SPRINTER VAN 17+1	MERCEDES-BENZ /MERCEDES-BENZ	17	R\$498.000,00	R\$ 8.466.000,00	Não
ROMA CONSULTORIA PRIME LTDA	52.359.927/0001-16	12/01/2026 - 06:18:00	Transit L4H3 Vidrada	FORD	17	R\$650.000,00	R\$ 11.050.000,00	Não
MANUPA COMERCIO EXPORTACAO IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS E VEICULOS ADAPTADOS LTDA	03.093.776/0023-05	12/01/2026 - 08:55:52	VETRATO 50-180	IVECO	17	R\$435.000,00	R\$ 7.395.000,00	Não

**0015 - VEÍCULO AUTOMOTOR MINIBUS COM NO MÍNIMO 19+1 LUGARES - TIPO A. ENTRADA PELA PORTA DIANTEIRA. CONFORME CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DESCRITAS NA FOLHA DE DADOS. (CIN32193)**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
P EQUIPAMENTOS E SERVIÇO LTDA	30.105.413/0001-00	08/01/2026 - 16:11:43	MB	sprinter	35	R\$750.000,00	R\$ 26.250.000,00	Sim
TAWA VEICULOS ESPECIAIS LTDA	16.850.663/0001-35	09/01/2026 - 12:08:12	SPRINTER 517	MERCEDES BENZ	35	R\$433.126,36	R\$ 15.159.422,60	Não
Ingá Caminhões Ltda	23.008.729/0001-00	09/01/2026 - 13:49:57	SPRINTER VAN MINIBUS 517 19+1 LUGARES	MERCEDES-BENZ	35	R\$487.500,00	R\$ 17.062.500,00	Não
TCA TRANSFORMACOES VEICULARES LTDA	08.389.661/0002-43	09/01/2026 - 14:23:28	SPRINTER	MERCEDES-BENZ	35	R\$498.000,00	R\$ 17.430.000,00	Não
TRANSFORMAT COMERCIO E SERVICOS LTDA	32.426.859/0001-53	09/01/2026 - 16:51:06	MERCEDES-BENZ SPRINTR 517 20+1	MERCEDES-BENZ	35	R\$800.000,00	R\$ 28.000.000,00	Não
SPERANDIO DIESEL LTDA	83.296.970/0001-03	09/01/2026 - 16:57:10	K54A UP7	Mercedes Benz	35	R\$631.025,00	R\$ 22.085.875,00	Não
Dva-Veículos S.A	82.516.949/0001-03	09/01/2026 - 17:10:38	517 CDI TETO ALTO	Mercedes-Benz	35	R\$416.000,00	R\$ 14.560.000,00	Não
MALLON CONCESSIONARIA DE VEICULOS COMERCIAIS LTDA	81.648.115/0007-84	09/01/2026 - 17:56:54	Sprinter 517 CDI 4x2 19+1 c/ Plataforma	MERCEDES-BENZ	35	R\$399.000,00	R\$ 13.965.000,00	Não
SAVANA COMERCIO DE VEICULOS LTDA	24.706.364/0010-40	11/01/2026 - 09:44:22	517 SPRINTER VAN 19+1-ENTRADA PORTA DIAN	MERCEDES-BENZ /MERCEDES-BENZ	35	R\$450.000,00	R\$ 15.750.000,00	Não

**0016 - VEÍCULO AUTOMOTOR MINIBUS COM NO MÍNIMO 20+1 LUGARES - TIPO A. CONFORME CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DESCRITAS NA FOLHA DE DADOS. (CIN32194)**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
P EQUIPAMENTOS E SERVIÇO LTDA	30.105.413/0001-00	08/01/2026 - 16:11:43	MB	sprinter	110	R\$750.000,00	R\$ 82.500.000,00	Sim
TAWA VEICULOS ESPECIAIS LTDA	16.850.663/0001-35	09/01/2026 - 12:08:46	SPRINTER 517	MERCEDES BENZ	110	R\$434.556,52	R\$ 47.801.217,20	Não
IVG BRASIL LTDA	36.519.422/0001-15	09/01/2026 - 13:28:38	MINIBUS 50-180 20+1	IVECO	110	R\$404.107,00	R\$ 44.451.770,00	Sim
Ingá Caminhões Ltda	23.008.729/0001-00	09/01/2026 - 13:50:52	SPRINTER VAN MINIBUS 517 20+1 LUGARES	MERCEDES-BENZ	110	R\$487.500,00	R\$ 53.625.000,00	Não
TCA TRANSFORMACOES VEICULARES LTDA	08.389.661/0002-43	09/01/2026 - 14:24:18	SPRINTER	MERCEDES-BENZ	110	R\$510.000,00	R\$ 56.100.000,00	Não





TRANSFORMAT COMERCIO E SERVICOS LTDA	32.426.859/0001-53	09/01/2026 - 16:52:08	MERCEDES-BENZ SPRINTR 517 VAN 20+1	MERCEDES-BENZ	110	R\$720.000,00	R\$ 79.200.000,00	Não
SPERANDIO DIESEL LTDA	83.296.970/0001-03	09/01/2026 - 16:58:49	K54A UP1	Mercedes Benz	110	R\$638.064,00	R\$ 70.187.040,00	Não
Dva-Veiculos S.A	82.516.949/0001-03	09/01/2026 - 17:11:08	517 CDI TETO ALTO	Mercedes-Benz	110	R\$420.450,00	R\$ 46.249.500,00	Não
MALLON CONCESSIONARIA DE VEICULOS COMERCIAIS LTDA	81.648.115/0007-84	09/01/2026 - 17:59:18	Sprinter 517 CDI 4x2 20+1 LUGARES	MERCEDES-BENZ	110	R\$417.000,00	R\$ 45.870.000,00	Não
SAVANA COMERCIO DE VEICULOS LTDA	24.706.364/0010-40	11/01/2026 - 09:45:41	517 SPRINTER VAN 20+1	MERCEDES-BENZ /MERCEDES-BENZ	110	R\$470.000,00	R\$ 51.700.000,00	Não
MANUPA COMERCIO EXPORTACAO IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS E VEICULOS ADAPTADOS LTDA	03.093.776/0023-05	12/01/2026 - 08:55:00	SPRINTER 517	MERCEDES BENS	110	R\$471.000,00	R\$ 51.810.000,00	Não

**0017 - VEÍCULO AUTOMOTOR MINIBUS COM NO MÍNIMO 20+1 LUGARES - TIPO B. COM ACESSIBILIDADE DO TIPO POLTRONA MÓVEL. CONFORME CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DESCRITAS NA FOLHA DE DADOS. (CIN32195)**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
P EQUIPAMENTOS E SERVIÇO LTDA	30.105.413/0001-00	08/01/2026 - 16:11:43	MB	sprinter	81	R\$900.000,00	R\$ 72.900.000,00	Sim
TAWA VEICULOS ESPECIAIS LTDA	16.850.663/0001-35	09/01/2026 - 12:11:53	SPRINTER 517	MERCEDES BENZ	81	R\$449.735,87	R\$ 36.428.605,47	Não
Ingá Caminhões Ltda	23.008.729/0001-00	09/01/2026 - 13:51:46	SPRINTER VAN MINIBUS 517 20+1 LUGARES	MERCEDES-BENZ	81	R\$512.500,00	R\$ 41.512.500,00	Não
TCA TRANSFORMACOES VEICULARES LTDA	08.389.661/0002-43	09/01/2026 - 14:24:53	SPRINTER	MERCEDES-BENZ	81	R\$535.000,00	R\$ 43.335.000,00	Não
TRANSFORMAT COMERCIO E SERVICOS LTDA	32.426.859/0001-53	09/01/2026 - 16:52:41	MERCEDES-BENZ SPRINTR 517	MERCEDES-BENZ	81	R\$800.000,00	R\$ 64.800.000,00	Não
SPERANDIO DIESEL LTDA	83.296.970/0001-03	09/01/2026 - 17:00:18	K54A UP1	Mercedes Benz	81	R\$672.940,00	R\$ 54.508.140,00	Não
Dva-Veiculos S.A	82.516.949/0001-03	09/01/2026 - 17:11:30	517 CDI TETO ALTO	Mercedes-Benz	81	R\$443.000,00	R\$ 35.883.000,00	Não
MALLON CONCESSIONARIA DE VEICULOS COMERCIAIS LTDA	81.648.115/0007-84	09/01/2026 - 18:01:24	Sprinter 517 CDI 20+1 lugares 4x2 c/ DPM	MERCEDES-BENZ	81	R\$431.000,00	R\$ 34.911.000,00	Não
SAVANA COMERCIO DE VEICULOS LTDA	24.706.364/0010-40	11/01/2026 - 09:46:49	517 SPRINTER VAN 20+1	MERCEDES-BENZ /MERCEDES-BENZ	81	R\$485.000,00	R\$ 39.285.000,00	Não
MANUPA COMERCIO EXPORTACAO IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS E VEICULOS ADAPTADOS LTDA	03.093.776/0023-05	12/01/2026 - 08:54:18	SPRINTER 517	MERCEDES BENS	81	R\$493.000,00	R\$ 39.933.000,00	Não

**0018 - VEÍCULO AUTOMOTOR MINIBUS COM NO MÍNIMO 20+1 LUGARES - TIPO C. COM ACESSIBILIDADE DO TIPO PLATAFORMA ELEVATÓRIA BIPARTIDA LATERAL. CONFORME CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DESCRITAS NA FOLHA DE DADOS. (CIN32196)**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
P EQUIPAMENTOS E SERVIÇO LTDA	30.105.413/0001-00	08/01/2026 - 16:11:43	MB	sprinter	74	R\$900.000,00	R\$ 66.600.000,00	Sim
Ingá Caminhões Ltda	23.008.729/0001-00	09/01/2026 - 13:52:24	SPRINTER VAN MINIBUS 517 20+1 LUGARES	MERCEDES-BENZ	74	R\$518.750,00	R\$ 38.387.500,00	Não
TCA TRANSFORMACOES VEICULARES LTDA	08.389.661/0002-43	09/01/2026 - 14:25:35	SPRINTER	MERCEDES-BENZ	74	R\$545.000,00	R\$ 40.330.000,00	Não
TRANSFORMAT COMERCIO E SERVICOS LTDA	32.426.859/0001-53	09/01/2026 - 16:53:43	MERCEDES-BENZ SPRINTR 517	MERCEDES-BENZ	74	R\$800.000,00	R\$ 59.200.000,00	Não
SPERANDIO DIESEL LTDA	83.296.970/0001-03	09/01/2026 - 17:00:56	K54A UP1	Mercedes Benz	74	R\$690.145,00	R\$ 51.070.730,00	Não
Dva-Veiculos S.A	82.516.949/0001-03	09/01/2026 - 17:11:54	517 CDI TETO ALTO	Mercedes-Benz	74	R\$453.550,00	R\$ 33.562.700,00	Não



MALLON CONCESSIONARIA DE VEICULOS COMERCIAIS LTDA	81.648.115/0007-84	09/01/2026 - 18:02:58	Sprinter 517 CDI 20+1 4x2 c/ plataforma	MERCEDES-BENZ	74	R\$432.000,00	R\$ 31.968.000,00	Não
SAVANA COMERCIO DE VEICULOS LTDA	24.706.364/0010-40	11/01/2026 - 09:48:06	517 SPRINTER VAN 20+1	MERCEDES-BENZ /MERCEDES-BENZ	74	R\$495.000,00	R\$ 36.630.000,00	Não
MANUPA COMERCIO EXPORTACAO IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS E VEICULOS ADAPTADOS LTDA	03.093.776/0023-05	12/01/2026 - 06:29:27	SPRINTER	MERCEDES BENS	74	R\$555.000,00	R\$ 41.070.000,00	Não

#### 0019 - KIT DE TRANSFORMAÇÃO PARA ACESSIBILIDADE EM VAN DO TIPO DISPOSITIVO POLTRONA MÓVEL. CONFORME CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DESCRITAS NA FOLHA DE DADOS. (CIN32178)

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
P EQUIPAMENTOS E SERVIÇO LTDA	30.105.413/0001-00	08/01/2026 - 16:11:43	dpm	foca	34	R\$60.000,00	R\$ 2.040.000,00	Sim
TCA TRANSFORMACOES VEICULARES LTDA	08.389.661/0002-43	09/01/2026 - 14:26:16	GT MALVA	ELEVITTÁ	34	R\$35.000,00	R\$ 1.190.000,00	Não

#### 0020 - KIT DE TRANSFORMAÇÃO PARA ACESSIBILIDADE EM VAN DO TIPO PLATAFORMA ELEVATÓRIA BIPARTIDA LATERAL. CONFORME CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DESCRITAS NA FOLHA DE DADOS. (CIN32179)

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
P EQUIPAMENTOS E SERVIÇO LTDA	30.105.413/0001-00	08/01/2026 - 16:11:43	dpa	foca	35	R\$60.000,00	R\$ 2.100.000,00	Sim
TCA TRANSFORMACOES VEICULARES LTDA	08.389.661/0002-43	09/01/2026 - 14:27:12	PSA 800 BP	ORTOBRÁS	35	R\$40.000,00	R\$ 1.400.000,00	Não

## Critérios de desempate do processo

### BREITKOPF FRANCE VEICULOS LTDA

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Não
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Não
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

### BRUNISA COMERCIO E SERVICOS PARA TRANSITO E TRANSPORTE LTDA.

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Não
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Não
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Não
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

### CAMMINARE MAQUINAS E EMPREENDIMENTOS LTDA

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Não
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Não
Empresa brasileira.	Sim



Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Não
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

## CKS COMERCIO DE VEICULOS LTDA

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Não
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Sim
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

## DUNA PSA - COMERCIO DE VEICULOS E PECAS LTDA

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Sim
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Sim
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

## Dva-Veículos S.A

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Sim
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Não
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

## FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Sim
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Sim
Empresa brasileira.	Não
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Não
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

## GLOBO PLANALTO COMERCIO DE VEICULOS LTDA

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Sim
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Não
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim



Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim
------------------------------------------------------------------------------------------	-----

## GRIFFE VEÍCULOS LTDA

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Não
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Não
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Não
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

## Ingá Caminhões Ltda

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Não
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Não
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

## IVG BRASIL LTDA

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Sim
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Sim
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

## MALLON CONCESSIONARIA DE VEICULOS COMERCIAIS LTDA

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Sim
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Sim
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

## MANUPA COMERCIO EXPORTACAO IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS E VEICULOS ADAPTADOS LTDA

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Sim
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Sim
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim



## MERCOSUL VEICULOS LTDA

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Sim
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Não
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Não
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

## NOCARVEL - NOSSA SENHORA DO CARMO VEICULOS LTDA

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Sim
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Sim
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Não
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

## P EQUIPAMENTOS E SERVIÇO LTDA

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Não
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Não
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

## R. BORGES VEICULOS LTDA

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Não
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Não
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Não
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

## Renault do Brasil S/a

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Sim
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Sim
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

## RENOVO MOTORS LTDA



Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Sim
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Sim
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

## ROMA CONSULTORIA PRIME LTDA

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Não
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Não
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

## SANTA PAULINA STRASBOURG VEICULOS LTDA

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Sim
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Sim
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

## SAVANA COMERCIO DE VEICULOS LTDA

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Sim
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Não
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

## SOCIETE COMERCIO DE VEICULOS LTDA

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Sim
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Sim
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

## SPERANDIO DIESEL LTDA

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Sim
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Sim



Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

## SUL PECAS E VEICULOS LTDA

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Sim
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Sim
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

## TAWA VEICULOS ESPECIAIS LTDA

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Não
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Não
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Não
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

## TCA TRANSFORMACOES VEICULARES LTDA

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Não
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Não
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

## TRANSFORMAT COMERCIO E SERVICOS LTDA

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Sim
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Não
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

## TRENTINO COMERCIAL DE VEICULOS LTDA

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Sim
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Sim
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Sim





Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

## VIA PORTO VEICULOS LTDA

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Sim
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Não
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

## YELO COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Sim
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Sim
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

## Validade das Propostas

Fornecedor	CPF/CNPJ	Validade (conforme edital)
Dva-Veículos S.A	82.516.949/0001-03	90 dias
TAWA VEICULOS ESPECIAIS LTDA	16.850.663/0001-35	90 dias
CKS COMERCIO DE VEICULOS LTDA	30.330.883/0001-69	090 dias
Ingá Caminhões Ltda	23.008.729/0001-00	90 dias
TRANSFORMAT COMERCIO E SERVICOS LTDA	32.426.859/0001-53	90 dias
NOCARVEL - NOSSA SENHORA DO CARMO VEICULOS LTDA	05.914.425/0001-20	90 dias
TCA TRANSFORMACOES VEICULARES LTDA	08.389.661/0002-43	90 dias
VIA PORTO VEICULOS LTDA	02.266.596/0005-25	60 dias
MALLON CONCESSIONARIA DE VEICULOS COMERCIAIS LTDA	81.648.115/0007-84	90 dias
P EQUIPAMENTOS E SERVIÇO LTDA	30.105.413/0001-00	90 dias
SPERANDIO DIESEL LTDA	83.296.970/0001-03	90 dias
GLOBO PLANALTO COMERCIO DE VEICULOS LTDA	83.227.421/0007-72	090 dias
BRUNISA COMERCIO E SERVICOS PARA TRANSITO E TRANSPORTE LTDA.	20.901.717/0001-11	60 dias
SUL PECAS E VEICULOS LTDA	97.752.851/0004-75	90 dias
IVG BRASIL LTDA	36.519.422/0001-15	90 dias
BREITKOPF FRANCE VEICULOS LTDA	31.471.770/0002-27	90 dias
TRENTINO COMERCIAL DE VEICULOS LTDA	44.257.157/0001-72	90 dias
FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA	03.470.727/0041-18	90 dias
SANTA PAULINA STRASBOURG VEICULOS LTDA	05.210.259/0001-80	90 dias
SAVANA COMERCIO DE VEICULOS LTDA	24.706.364/0010-40	90 dias
RENOVO MOTORS LTDA	42.111.920/0001-27	90 dias
CAMMINARE MAQUINAS E EMPREENDIMENTOS LTDA	35.741.144/0001-83	90 dias
R. BORGES VEICULOS LTDA	53.641.615/0001-63	120 dias
ROMA CONSULTORIA PRIME LTDA	52.359.927/0001-16	90 dias
DUNA PSA - COMERCIO DE VEICULOS E PECAS LTDA	55.941.529/0002-82	90 dias
MERCOSUL VEICULOS LTDA	08.298.672/0002-18	90 dias
MANUPA COMERCIO EXPORTACAO IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS E VEICULOS ADAPTADOS LTDA	03.093.776/0023-05	91 dias





Fornecedores divulgados.

---

Leticia Scopel Beher  
Pregoeiro

---

Andressa Maria Viero  
Apoio

---

Cassius Marcelo Valinkevicius  
Apoio

---

Franciele Verginia Civiero  
Apoio

---

Julia Emily Vier  
Apoio

---

Ramona Lia Canônica  
Apoio

---

Rodrigo Grisa  
Apoio

---

Solange Zanetti  
Apoio



# ATA DE PROPOSTAS

Fundo Municipal de Saúde de Ouro Velho  
Fundo Municipal de Saúde de Ouro Velho  
Pregão Eletrônico - 11/2025

## Declarações obrigatórias

Título	Descrição
Declaração de conhecimento do Edital	Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumprio plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.
Declaração de reserva de cargos	Declaro cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
Declaração de proposta econômica	Sob pena de desclassificação, declaro que minhas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
Declaração de Não-Emprego de menores	Declaro para fins do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos.
Declaração de Não-Emprego de trabalho degradante	Declaro não possuir em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal.
Declaração de Acessibilidade	Declaro que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, estou ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.
Declaração de Inexistência de Fato Superveniente	Declaro sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

\* As declarações supracitadas foram aceitas por todos os participantes.

## Propostas Enviadas

**0001 - Veículo tipo Van Minibus original de fábrica, 4x2 com capacidade para 21 lugares (incluindo o motorista), novo e 0 km, ano/modelo mínimo 2025/2026, vendido por uma concessionária autorizada pelo fabricante ou pelo próprio fabricante nos termos da Deliberação CONTRAN nº 64/2008 e da Lei Federal nº 6.729/79, teto alto, potência do motor de, no mínimo, 170cv, cilindrada mínima de 2,2 litros, acesso para cadeirante tipo Dispositivo de Poltrona Móvel, freio ABS, diesel, câmbio com 6 Marchas à frente e uma à ré, direção hidráulica, ar condicionado, air bag, vidros dianteiros com acionamento elétrico, retrovisores com ajuste elétrico, trava elétrica nas portas, distância entre eixos 4.100mm, Kit Multimídia e TV com 20 polegadas. Garantia total do fabricante de, no mínimo, 01 (um) ano, sem limite de quilometragem. Resolução CONTRAN 316/09. Demais itens de série e exigidos por lei. O emplacamento deverá, obrigatoriamente, ser o primeiro emplacamento do veículo**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
B&F NEGOCIOS E EMPREENDIMENTOS LTDA*	26.166.156/0001-30	06/11/2025 - 14:40:00	MERCEDES SPRINTER 517 VAN 20+1	MERCEDES-BENZ	1,0000	R\$525.000,00	R\$ 525.000,00	Não
BRUNISA COMERCIO E SERVICOS PARA TRANSITO E TRANSPORTE LTDA.*	20.901.717/0001-11	05/11/2025 - 11:08:21	MERCEDES BENZ	SPRINTER	1,0000	R\$550.000,00	R\$ 550.000,00	Sim
MANUPA COMERCIO EXPORTACAO IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS E VEICULOS ADAPTADOS LTDA	03.093.776/0019-10	05/11/2025 - 21:11:41	MINIBUS 50-180 21 LUGARES	IVECO	1,0000	R\$405.000,00	R\$ 405.000,00	Não
DGR COMERCIO E QUIPAMENTOS - EIRELI*	13.457.330/0001-52	06/11/2025 - 09:28:47	DAILY MINIBUS 50-180	Iveco	1,0000	R\$550.000,00	R\$ 550.000,00	Sim
MAIS TRUCK COMERCIO DE CAMINHOS LTDA	17.792.470/0001-38	06/11/2025 - 15:44:00	Daily Minibus 50-180 21 lugares	Iveco	1,0000	R\$405.000,00	R\$ 405.000,00	Não
STA CAMINHOS VEICULOS E SERVICOS LTDA*	02.323.033/0001-06	06/11/2025 - 20:50:25	SPRINTER 517 CDI 20+1	MERCEDES BENZ	1,0000	R\$490.000,00	R\$ 490.000,00	Não

## Critérios de desempate do processo



## B&F NEGOCIOS E EMPREENDIMENTOS LTDA

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Sim
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Não
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

## BRUNISA COMERCIO E SERVICOS PARA TRANSITO E TRANSPORTE LTDA.

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Não
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Não
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Não
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

## DGR COMERCIO E QUIPAMENTOS - EIRELI

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Sim
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Sim
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

## MAIS TRUCK COMERCIO DE CAMINHOS LTDA

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Sim
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Sim
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

## MANUPA COMERCIO EXPORTACAO IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS E VEICULOS ADAPTADOS LTDA

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Sim
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Sim
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim



## STA CAMINHOES VEICULOS E SERVICOS LTDA

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Sim
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Sim
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

\* Proposta rejeitada

## Validade das Propostas

Fornecedor	CPF/CNPJ	Validade (conforme edital)
STA CAMINHOES VEICULOS E SERVICOS LTDA	02.323.033/0001-06	60 dias
DGR COMERCIO E QUIPAMENTOS - EIRELI	13.457.330/0001-52	90 dias
MAIS TRUCK COMERCIO DE CAMINHOES LTDA	17.792.470/0001-38	60 dias
BRUNISA COMERCIO E SERVICOS PARA TRANSITO E TRANSPORTE LTDA.	20.901.717/0001-11	60 dias
B&F NEGOCIOS E EMPREENDIMENTOS LTDA	26.166.156/0001-30	60 dias
MANUPA COMERCIO EXPORTACAO IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS E VEICULOS ADAPTADOS LTDA	03.093.776/0019-10	60 dias

Fornecedores divulgados.

Antonio Henrique Menezes Nascimento  
Pregoeiro

Joelma de Lima Rocha  
Apoio

Márcia Rejane Bernardo de Menezes  
Apoio



# VENCEDORES DO PROCESSO

Consórcio Intermunicipal da Região Nordeste - CIRENOR  
Comissão Permanente de Licitação  
Pregão Eletrônico - 02/2026

**Ingá Caminhões Ltda | Tipo: Ltda/Eireli - LC123: Não - Documento 23.008.729/0001-00 - Endereço: Rodovia BR 101 Km 383 - CEP: 88.820-000 - UF: SC - Município: Içara - Telefone: (41) 3360-3273**

Código	Produto	Modelo	Marca/Fabricante	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0002	VEÍCULO AUTOMOTOR NOVO MINIBUS TETO ALTO 15+1 LUGARES	SPRINTER VAN MINIBUS 417 15+1 LUGARES	MERCEDES-BENZ	19 UN	R\$ 356.422,50	R\$ 6.772.027,50
TOTAL DO VENCEDOR					R\$ 6.772.027,50	

**TAWA VEICULOS ESPECIAIS LTDA | Tipo: Ltda/Eireli - LC123: Não - Documento 16.850.663/0001-35 - Endereço: RUA JOSÉ DA SILVA - CEP: 86042280 - UF: PR - Município: Londrina - Telefone: (43) 3338-7221**

Código	Produto	Modelo	Marca/Fabricante	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0001	VEÍCULO AUTOMOTOR NOVO MINIBUS TETO ALTO 17+1 LUGARES	SPRINTER 517	MERCEDES BENZ	19 UN	R\$ 373.500,00	R\$ 7.096.500,00
0003	VEÍCULO AUTOMOTOR NOVO MINIBUS TETO ALTO 20+1 LUGARES	SPRINTER 517	MERCEDES BENZ	19 UN	R\$ 386.000,00	R\$ 7.334.000,00
TOTAL DO VENCEDOR					R\$ 14.430.500,00	

**Valor Total: R\$ 21.202.527,50**

